

**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS, ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**  
**COMPORTAMENTO, APRENDIZAGEM E GESTÃO DE PESSOAS**

**MAICON HOFFMANN DA SILVA**

**FATORES DETERMINANTES DA SUCESSÃO FAMILIAR EM PEQUENAS**  
**PROPRIEDADES RURAIS**

**PASSO FUNDO – RS**

**2022**

**MAICON HOFFMANN DA SILVA**

**FATORES DETERMINANTES DA SUCESSÃO FAMILIAR EM PEQUENAS  
PROPRIEDADES RURAIS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Administração, na linha de pesquisa Comportamento, Aprendizagem e Gestão de Pessoas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. André da Silva Pereira  
Coorientadora: Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski

**PASSO FUNDO – RS**

**2022**

CIP – Catalogação na Publicação

---

- S586f Silva, Maicon Hoffmann da  
Fatores determinantes da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais / Maicon Hoffmann da Silva. – 2022.  
76 f. : il. color. ; 30 cm.
- Orientador: Prof. Dr. André da Silva Pereira.  
Coorientação: Profa. Dra. Denize Grzybovski.  
Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade de Passo Fundo, 2022.
1. Propriedade rural – Sucessão – David Canabarro (RS).  
2. Herança e sucessão. 3. Agricultura familiar. I. Pereira, André da Silva, orientador. II. Grzybovski, Denize, coorientadora. III. Título.

CDU: 631.1

---

Catalogação: Bibliotecária Juliana Langaro Silveira - CRB 10/2427

**MAICON HOFFMANN DA SILVA**

**FATORES DETERMINANTES DA SUCESSÃO FAMILIAR EM PEQUENAS  
PROPRIEDADES RURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração, sob a orientação do Prof. Dr. André da Silva Pereira e coorientação da Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski, avaliado em 27 de abril de 2022, pela banca examinadora formada por:

Prof. Dr. André da Silva Pereira  
Orientador – UPF

Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski  
Coorientadora – UPF

Profa. Dra. Anelise Rebelato Mozzato  
Examinadora Interna  
PPGAdm/UPF

Professora Dra. Adm. Enise Barth  
Examinadora Externa  
PPGDPP/UFGS

## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar essa caminhada sinto-me realizado com a concretização de um sonho. Isso somente foi possível pela colaboração de muitas pessoas que me apoiaram, incentivaram e, nos momentos de dúvida, não me deixaram desistir.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. André da Silva Pereira, pelo seu trabalho.

Agradeço à minha coorientadora, Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski, a qual não mediu esforços para me orientar na elaboração dos casos e interpretação dos conteúdos entregues pelas famílias rurais. Seu olhar de pesquisadora de empreendimentos familiares fizeram a diferença e guiaram cada um dos meus passos na elaboração do relatório final.

Às professoras avaliadoras do meu trabalho, Dra. Enise Barth e Dra. Anelise Rebelato Mozzato. O olhar atento de cada uma de vocês na análise do meu projeto de dissertação foram fundamentais nos processos de coleta e de análise dos dados trazidos pelos sujeitos participantes da pesquisa. Para mim, é uma honra tê-las como avaliadoras do meu trabalho!

Agradeço à minha esposa, Érica Cristina Bedin, e a minha filha, Mirela Bedin Hoffmann. A primeira, Érica, por ter sido um pilar de sustentação das minhas angústias e incertezas em todos os momentos e tê-las transformado em passos a serem seguidos. Você sempre esteve ao meu lado, acreditou no meu potencial e por isso me apoiou incondicionalmente em cada uma das minhas decisões. Muitas vezes fez isso em silêncio, apenas respeitando minhas horas de dedicação aos estudos. A segunda, Mirela, por ter iluminado meu caminho e guiado meus passos nesse último ano de curso. Sua chegada encheu meu coração de amor e de esperança. Obrigada por tudo a vocês duas!

Agradeço aos meus pais, Valdocir Hoffmann da Silva e Silvana Canci Hoffmann da Silva, e ao meu irmão, Jerbeson Hoffmann da Silva, por sempre me incentivarem a estudar e trabalhar. Vocês foram e continuam sendo as pessoas com quem sempre posso contar meus dilemas. Vocês sempre apoiam minhas escolhas, mas com uma condição, que sejam baseadas na ética e na retidão do caráter. Obrigada por me trazerem e me manterem neste mundo!

Agradeço às famílias rurais que participaram do estudo, pela disponibilidade do seu tempo e por terem me recebido em suas propriedades rurais. As informações que vocês me passaram foram fundamentais para que essa Dissertação pudesse ser finalizada.

À todos que participaram da minha vida nesse período transcorrido entre o ingresso e a finalização do Mestrado em Administração, por aceitarem minhas ausências e entenderem os meus dilemas. Minha eterna gratidão!

## RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi compreender os fatores determinantes na sucessão familiar em pequenas propriedades rurais, sendo o município de David Canabarro-RS definido como espaço da pesquisa. Os objetivos específicos foram: (a) descrever e caracterizar a estrutura das propriedades e das famílias rurais; (b) descrever o processo e o estágio em que se encontra a sucessão familiar; (c) identificar os fatores contributivos na efetividade do processo de sucessão familiar rural; (d) correlacionar os fatores que determinaram a efetividade ou a ruptura no processo de sucessão familiar. O estudo se justifica pela contribuição prática em provocar a família rural a refletir sobre a sucessão familiar, pensar alternativas que evitem o êxodo rural. O estudo foi desenvolvido com base na perspectiva teórica neomarxista dos estudos rurais, contudo, contempla o debate mais amplo de forma a evidenciar a complexidade que envolve a sucessão familiar rural. Assim, a compreensão conceitual das propriedades e famílias rurais foram elaboradas considerando as suas dimensões sociológica e antropológica da família rural e, os aspectos da gestão foram analisados considerando a literatura gerencial, o que caracteriza o estudo como transdisciplinar. Em termos metodológicos, configura-se numa pesquisa social aplicada desenvolvida pela estratégia estudo de caso múltiplos e abordagem qualitativa dos dados coletados por meio de entrevista e analisados pelo método análise de conteúdo. Através das entrevistas com os herdeiros e os proprietários, chegou-se a algumas observações: as propriedades que tiveram sucesso neste processo apresentaram um conjunto de fatores como; baixa instrução dos herdeiros para que possam ter outras oportunidades na cidade, incentivo dos pais para que continuem com os negócios da família e propriedades bem estruturadas onde os herdeiros podem ter renda para seu sustento, parecem influenciar positivamente a sucessão. Por outro lado, fatores contrários como, a influência dos pais para que os filhos deixem a propriedade muitas vezes reflexo de baixos retornos e trabalho exaustivo, influenciam negativamente a sucessão, herdeiros com maior instrução acabam encontrando empregos bem remunerados fora da propriedade. Os resultados confirmam os achados da literatura sobre o tema sucessão familiar rural, de que não há um único fator responsável pela sucessão familiar rural, mas um conjunto de fatores que contribuem para decidir suceder ou não.

**Palavras-chave:** Sucessão familiar rural. Pequenas propriedades rurais. Propriedades rurais familiares. Família rural. Fatores determinantes.

## ABSTRACT

The objective of this study was to understand the determining factors in family succession in small rural properties, with the municipality of David Canabarro-RS defined as the research space. The specific objectives were: (a) to describe and characterize the structure of rural properties and families; (b) describe the process and stage of family succession; (c) identify the contributing factors in the effectiveness of the rural family succession process; (d) to correlate the factors that determined the effectiveness or the rupture in the family succession process. The study is justified by the practical contribution in provoking the rural family to reflect on the family succession, thinking about alternatives that avoid the rural exodus. The study was developed based on the neo-Marxist theoretical perspective of rural studies, however, it contemplates the broader debate in order to highlight the complexity that involves rural family succession. Thus, the conceptual understanding of rural properties and families was elaborated considering their sociological and anthropological dimensions of the rural family, and the management aspects were analyzed considering the management literature, which characterizes the study as transdisciplinary. In methodological terms, it is an applied social research developed by the multiple case study strategy and qualitative approach of the data collected through interviews and analyzed by the content analysis method. Through interviews with the heirs and owners, we arrived at some observations: the properties that were successful in this process presented a set of factors such as; low education of the heirs so that they can have other opportunities in the city, encouragement from the parents to continue with the family business and well-structured properties where the heirs can have income to support themselves, seem to positively influence the succession. On the other hand, contrary factors such as the influence of parents so that their children leave the property, often a reflection of low returns and exhausting work, negatively influence the succession, heirs with higher education end up finding well-paying jobs outside the property. The results confirm what the findings of the literature on the subject of rural family succession, that there is not a single factor responsible for rural family succession or not, but there is a set of factors that contribute to the decision to succeed.

**Keywords:** Rural family succession, Small rural properties, Family rural properties, Rural family. Determining factors.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Código de identificação dos sujeitos da pesquisa.....	32
Tabela 2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	36
Tabela 3 – Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	39
Tabela 4 – Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	43
Tabela 5 – Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	47
Tabela 6 – Principais características das propriedades.....	50



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Genetograma da Família Bedin.....	35
Figura 2 – Nuvem de palavras geradas pelas falas da família Bedin.....	38
Figura 3 – Genetograma da família Rozzatto.....	39
Figura 4 – Genetograma da Família Canci.....	42
Figura 5 – Nuvem de palavras geradas pelas falas da família Canci.....	45
Figura 6 – Genetograma da Família Dalla Corte.....	47
Figura 7 – Fatores determinantes para sucessão familiar.....	58

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 1 – Produtos produzidos pela família Bedin, numa perspectiva transgeracional.....37
- Quadro 2–Produtos produzidos pela família Rozzatto, numa perspectiva transgeracional.....40

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1.1	PROBLEMA.....	15
1.2	OBJETIVOS.....	19
<b>1.2.1</b>	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>19</b>
<b>1.2.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>19</b>
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	19
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>21</b>
2.1	PROPRIEDADES RURAIS .....	21
2.2	FAMÍLIA RURAL.....	23
2.3	SUCESSÃO FAMILIAR RURAL.....	25
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>31</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	31
3.2	UNIVERSO DA PESQUISA E CASOS DE ESTUDO .....	32
3.3	SUJEITOS DA PESQUISA.....	32
3.4	COLETA DOS DADOS.....	33
3.5	ANÁLISE DOS DADOS .....	34
3.6	QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA .....	35
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS CASOS .....</b>	<b>36</b>
4.1	CASOS DE FAMÍLIAS RURAIS COM SUCESSÃO EFETIVADA.....	36
<b>4.1.1</b>	<b>Família Bedin .....</b>	<b>36</b>
<b>4.1.2</b>	<b>Família Rozzatto .....</b>	<b>39</b>
4.2	CASOS DE FAMÍLIAS RURAIS COM SUCESSÃO NÃO EFETIVADA.....	43
<b>4.2.1</b>	<b>Família Canci .....</b>	<b>43</b>
<b>4.2.2</b>	<b>Família Dalla Corte .....</b>	<b>47</b>
4.3	SÍNTESE DOS CASOS ESTUDADOS.....	51
<b>5</b>	<b>DISCUSSÃO DOS DADOS .....</b>	<b>53</b>
5.1	ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E DA FAMÍLIA RURAL.....	53
5.2	ESTÁGIO DO PROCESSO SUCESSÓRIO.....	54
5.3	FATORES DETERMINANTES PARA SUCESSÃO FAMILIAR.....	56
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>60</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>63</b>
	<b>APÊNDICE A – Protocolo de estudo de caso.....</b>	<b>70</b>
	<b>APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....</b>	<b>76</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O debate em torno da sucessão familiar remonta ao contexto do início do século XX, em razão da emergência das fábricas em substituição à produção artesanal que ocorria no espaço interno das propriedades rurais (MOTTA; VASCONCELOS, 2004). No contexto contemporâneo, a sucessão familiar passou a ser tema responsável pela geração de incômodo para pais e filhos nas famílias rurais, pela ausência de sucessores nas atividades produtivas, incertezas sobre a continuidade ou não das atividades produtivas, o bem-estar da família, vulnerabilidades da velhice rural, entre outras razões (ABRAMOVAY et al., 1998; SCHNEIDER; FREITAS, 2013; FREITAS; RAMBO; SCHNEIDER, 2014; TONEZER; TRZCINSKI; DAL MAGRO, 2017). Estas gradativamente estão reduzindo seu tamanho em razão da migração rural (ZAGO, 2016), com reflexos na dinâmica social local (MATTE; MACHADO, 2017), com filhos herdeiros/sucessores gerando renda fora do meio rural, prática que evidencia a adoção da estratégia pluriatividade descrita por Abramovay (2003).

Os estudos que descrevem as dificuldades encontradas pelos produtores rurais em conduzir a sucessão familiar na gestão das pequenas propriedades rurais evidenciam alguns condicionantes, a exemplo de Camilotto e Stock (2013), Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019), bem como indicam alguns projetos implementados com o propósito de capacitar os jovens rurais (CASTRO, 2017) e os fatores que determinam a sucessão familiar, como a qualidade de vida percebida, a expectativa de renda, o reconhecimento social do trabalho rural e a segurança (MOREIRA et al., 2018; MORAES; MEDEIROS; MATTE JR., 2018). Contudo, se observa que o tema sucessão familiar é mais discutido no segmento da bovinocultura de leite. Camilotto e Stock (2013), Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019) e Boessio e Doula (2017) por exemplo, destacam a importância da sucessão e da permanência dos jovens nas propriedades rurais, e como a organização e apoio de cooperativas por exemplo, podem ajudar a superar dificuldades pontuais, como a elevada carga de trabalho demandada pela atividade, ou a necessidade de cumprimento de horários de trabalho. Mesmo com a tecnologia existente, o trabalho é complexo e a remuneração pelo produto comercializado é instável, a rentabilidade esperada associada à instabilidade do preço pago pelo mercado afasta os jovens da atividade contribuindo para o êxodo rural.

Na perspectiva jurídica da sucessão do patrimônio dos produtores rurais, Chemin e Ahlert (2010) argumentam que a sucessão familiar geralmente inicia assim que o autor da

herança morre, momento em que o inventariante designado precisa realizar o levantamento dos bens deixados, conduzir os herdeiros ao consenso com vistas a sucessão patrimonial. Herança é definida no Novo Código Civil brasileiro como sendo o conjunto de bens tangíveis e intangíveis, dívidas, créditos, débitos, direitos e obrigações, dentre outros, do falecido; ou seja, compreende o ativo e o passivo. Sendo assim, na propriedade rural familiar, a sucessão não se limita apenas à gestão do patrimônio, mas ao próprio patrimônio, o qual é fruto do trabalho daquele que o está gerindo.

Oliveira (2004) apresenta que sucessão *causa mortis* que consiste na transição dos bens da pessoa falecida para seus herdeiros, podem ser legítima ou testamentária, a primeira dá-se em virtude da lei, que estabelece a ordem da vocação hereditária descendentes, ascendentes, cônjuge e colaterais até o 4º grau, além do companheiro, a outra espécie de sucessão denomina-se “testamentária” porque decorre da manifestação de vontade deixada pelo testador, dispondo sobre seus bens e quem sejam os sucessores. Havendo testamento, prevalece a sucessão testamentária, ante a primazia da vontade do testador sobre a disposição da lei, ressalva-se, porém, a metade da herança, chamada de “legítima”, a que têm direito os herdeiros necessários.

De acordo com Menin (2014), a sucessão legítima é aquela deferida através de lei, obedecendo a ordem de vocação hereditária, ou seja, a escala de preferência dos herdeiros para o recebimento da herança. Esse tipo de sucessão geralmente ocorre quando não há testamento, se o autor da herança falecer e não deixar testamento expressando suas declarações de última vontade. E, a sucessão testamentaria é uma forma de o autor, ainda em vida e em domínio de suas faculdades mentais, transmitir a herança por meio de testamento para quem deseja que fique com o seu patrimônio depois de sua morte. Contudo, os herdeiros só recebem a herança após pagas as dívidas do espólio, e esta é garantida aos herdeiros apenas se ainda sobraem bens. Além disso, o autor pode dispor em testamento de somente a metade dos seus bens, visto que a outra metade pertence a esses herdeiros, que são descendentes ascendentes e cônjuge (LEITE, 2006). O autor do testamento pode escolher quem quiser para dispor da parte disponível de sua herança, e isso inclui também pessoas estranhas, os herdeiros testamentários (SILVA, 2014).

Para Carvalho (2007), a sucessão familiar rural pode ser conceituada como a transferência da propriedade do proprietário legal para seus herdeiros, seja em vida ou não. Esse processo pode não ser fácil e, em grande parte dos casos, termina com a dissolução da atividade e dos laços familiares (CARVALHO, 2007). Há casos de sucessão de patrimônio nas famílias rurais complexos e de difícil solução, os quais são judicializados por diferentes

razões, cabendo a um Juiz de Direito definir a partilha judicial dos bens. Uma vez procedida a partilha de terras, em alguns casos fica inviabilizada a produção de culturas intensivas, as quais dependem de extensão de terra. Em outros casos, a partilha dos bens pode resultar em distanciamento dos membros ou ruptura da família nuclear (HUNGER et al., 2016). Assim, um dos principais desafios da sucessão familiar é a divisão do patrimônio, que gera conflitos familiares e evasão rural dos jovens, os quais resistem em retornar e assumir o patrimônio da família (MELLO, 2003).

Historicamente, a sucessão familiar nas atividades agrícolas sempre aconteceu de forma natural e por várias gerações os filhos foram substituindo os pais (CARVALHO, 2007). Porém, questões acerca da sucessão desse tipo de atividade é paralela a uma série de transformações que impactam direta e indiretamente na gestão da propriedade rural, com reflexos na modernização tecnológica do processo produtivo das diferentes atividades rurais (CARVALHO 2007) e na decisão do jovem rural em permanecer ou partir.

Nesse sentido, a sucessão familiar se configura como um processo de passagem do poder de decisão e do patrimônio dos pais (sucedidos) aos filhos/herdeiros (sucessores). (GONÇALVES, 2000). O momento da efetividade da sucessão familiar é representado pela decisão do sucedido em admitir entregar seu cargo ao sucessor. O processo sucessório, no entanto, nem sempre é pacífico, em razão dos conflitos que podem emergir na família rural, quando há mais de um herdeiro candidato ao cargo de sucessor. Sendo assim, sucessão familiar é descrita como sendo um problema que precisa ser discutido pela família rural, o que nem sempre ocorre. Estudos mostram que existem muitas formas de amparar os sucedidos na velhice ou dar destino ao patrimônio da família (SPANEVERELLO et al., 2017, MORAIS; BORGES; BINOTTO, 2018).

O critério mais comum para conduzir a sucessão é a tradição, cujos pais escolhem um filho (geralmente é o filho mais novo) que assumirá o papel de sucessor, que Wanderley (1999) descreve como tradição no campesinato. O sucessor, além de assumir a função de gerir os recursos da família, assume também o compromisso de cuidar de seus pais pelo resto de suas vidas. Como consequência, neste momento se processa a transferência do patrimônio ao filho herdeiro, que assume o compromisso moral de cumprir com as obrigações assumidas perante seus irmãos, o que nem sempre ocorre (MELLO, 2003; COSTA; ROCHA, 2020).

A sucessão familiar é um fenômeno social que envolve várias questões, como a transferência do patrimônio, a continuidade da atividade profissional e a saída da geração paterna da gestão dos recursos. Há também questões econômicas envolvidas na sucessão familiar, o baixo nível de renda gerada pelas atividades agrícolas e vulnerabilidade gerada

pelas flutuações dos preços, mesmo quando combinadas com atividades não agrícolas (KOVÁCS, 2020). Nesse sentido, Anjos, Caldas e Costa (2006) consideram que a renda seja um fator determinante na decisão de permanecer ou não no meio rural.

Hein e Silva (2019) apontam conjuntos de “principais motivos para os produtores rurais abandonarem a atividade rural, os quais são: (i) carências no capital humano (problemas de saúde, redução da capacidade de trabalho, ausência de sucessores e força de trabalho familiar insuficiente para manter as atividades); (ii) carências no capital físico (baixa disponibilidade de recursos, baixa produtividade); (iii) carências de capital natural (baixa qualidade e produtividade do solo, dificuldades de acesso à terra no caso de herdeiros que não tem dinheiro para comprar a parcela dos outros herdeiros).

Uma alternativa para evitar a ocorrência do fenômeno êxodo rural e o abandono da atividade rural é apontada pela literatura nacional como sendo as ações desenvolvidas pelas cooperativas em favor das famílias rurais efetivarem os jovens no campo. Moreira et al. (2018) e Moraes, Medeiros e Matte Jr. (2018) destacam a qualidade de vida, a expectativa de renda, o reconhecimento pela atividade que desempenham e a segurança como fatores que mais influenciam os jovens a permanecerem nas propriedades rurais de suas famílias. Argumentam os autores que as cooperativas têm poder de mobilizar os associados e os membros de suas famílias, ampliando possibilidades do uso dos recursos que possuem e qualificando os jovens rurais por meio de programas de capacitação.

Para Moreira et al. (2018), os fatores que mais influenciam os jovens a permanecer na propriedade rural são: qualidade de vida, expectativa de renda, reconhecimento pela atividade que desempenham, segurança de possuir um imóvel rural, entre outras. Aqueles que desejam sair, o fazem, principalmente, incentivados pelos pais, mas também pelo desejo de estudar e se tornar um profissional, sugerindo que ser agricultor não é uma opção de carreira.<sup>1</sup>

Spanevello et al. (2010) evidencia a relação positiva entre a renda auferida com as atividades desenvolvidas na propriedade rural e a permanência dos filhos no meio rural, que passa a assegurar o atendimento a condições mínimas para a família e para os jovens, a renda provinda da propriedade e de transferências sociais como, por exemplo, a aposentadoria. A tomada de decisão dos filhos em suceder também está diretamente relacionada ao

---

<sup>1</sup> Ferrari et al (2004, p. 240) identificaram que rapazes que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental “não veem perspectivas promissoras fora da agricultura e são os candidatos naturais à sucessão da propriedade dos pais. Sua vida já está organizada em torno do estabelecimento familiar, as relações sociais estão construídas levando em consideração sua condição de agricultor. Além disso, sua preferência em permanecer na agricultura parece se apoiar na percepção realista de que sua condição educacional não permite vislumbrar um futuro promissor fora do meio rural e da agricultura. Trata-se aqui de um exemplo de privação de capacidade (SEN, 2000), que determina uma limitação às possibilidades de escolha”.

incentivo/estímulo dos pais, que já não veem na agricultura uma boa alternativa para o futuro dos filhos. As mudanças climáticas, a instabilidade dos preços dos produtos rurais e os custos da lavoura são apontadas por (BARBOSA, 2011) como fatores que desencorajam jovens rurais a efetivar a sucessão familiar da propriedade de seus pais.

Diante do exposto fica evidenciado que há um *gap* nos estudos sobre sucessão familiar em pequenas propriedades rurais, entre os gaps estão os fatores que condicionam a migração dos jovens rurais para as cidades, por não verem a possibilidade de inovar na propriedade, não terem opções de lazer ou ter qualidade de vida na propriedade dos pais. Por outro lado, nessa mesma realidade, alguns jovens resolvem permanecer nas propriedades rurais de suas famílias, pois percebem oportunidade de modernizar processos, estrutura por meio da aplicação dos seus conhecimentos adquiridos na universidade, em cursos técnicos ou superiores de tecnologia.

Assim, na presente dissertação, o foco da pesquisa foi a sucessão familiar rural e os resultados são apresentados neste documento acadêmico, cujos conteúdos estão organizados em 6 capítulos, sendo que a descrição do problema de pesquisa, os objetivos (geral e específicos) e sua justificativas são parte integrante da Introdução. No capítulo 2 o referencial teórico, no capítulo 3 são apresentados quais foram os procedimentos metodológicos utilizados, no capítulo 4 são apresentados os casos das quatro famílias entrevistadas para o estudo, no capítulo 5 a discussão das análises das entrevistas e finalmente no capítulo 6 as conclusões finais.

## 1.1 PROBLEMA

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU, 2017), tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, as pequenas propriedades rurais são responsáveis por cerca de 70% da produção de alimentos disponíveis para a população mundial. O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) também destaca o papel das pequenas propriedades rurais no abastecimento alimentar brasileiro, a contribuição para a geração de renda, o controle da inflação e a melhoria no nível da sustentabilidade das atividades agrícolas.

Para Barbosa (2011), as pequenas propriedades rurais se destacam por desenvolver culturas variadas e, por produzirem em pequena escala, conseguem ofertar produtos rurais com mais qualidade e adotar estratégia de distribuição/escoamento da produção privilegiando principalmente pequenas comunidades, feiras e lojas especializadas. O mesmo entendimento é apresentado por Marin (2020). Por outro lado, enfrentam um problema particular com os



idosos rurais em razão da sucessão familiar nem sempre ser efetivada. Neste sentido, pontuam Tonezer, Trzcinski e Dal Magro (2017), as famílias rurais conseguem se organizar e nomear um representante para assumir os cuidados com os idosos, revelando facilidade no que tange à velhice rural.

Contudo, é preciso considerar que as pequenas propriedades rurais demandam mais mão-de-obra do que máquinas, em especial porque dedicam parte do seu tempo para produzir orgânicos e a maior parte do trabalho é manual (FLECK et al., 2019). Na visão de outros autores, a exemplo de Tacconi, Ramos e Tacconi (2010), Arruda, Ribeiro e Anjos (2011) e Zenaro, Schiochet e Gelinski Junior (2017), as pequenas propriedades rurais se destacam por adotar práticas ambientalmente sustentáveis, produzir produtos rurais orgânicos e evitar os riscos proporcionados pelas monoculturas típicas em grandes propriedades. Com base nisso, no entanto, não está sendo colocado para o debate da sucessão familiar a questão da política da agricultura familiar e da agroecologia, mas apenas contextualizando as possibilidades de a pequena propriedade rural agregar renda à produção rural e desafiar o jovem a permanecer no meio rural por meio da inovação de práticas e processos. Em defesa desta ideia estão Camilotto e Stock (2013), Boessio e Doula (2017), Moreira et al. (2018), Moraes, Medeiros e Matte Jr. (2018), Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019), Castro (2017; 2019), entre outros.

Por muitas vezes, pequenas propriedades rurais familiares se confundem com a política pública da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2003; SCHNEIDER; CASSOL, 2014). Para efeitos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), o Ministério da Agricultura delimitou como “familiares” as propriedades rurais com até dois empregados permanentes e inferior a quatro módulos rurais (MATTEI, 2014; MARIN, 2020). E, para pesquisas em geral sobre propriedades rurais familiares e de pequeno porte, pode-se delimitar a problemática tanto pela perspectiva teórica do campesinato quanto pela pequena produção modernizada, pela grande diversidade sociocultural, política e econômica da agricultura brasileira (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

No debate sobre sucessão familiar, há de se considerar aspectos históricos envolvendo a noção de campesinato trazidos por Wanderley (1999), na medida em que o patrimônio da família rural transmitido aos membros da geração seguinte era o próprio modo de vida, revelando toda subjetividade presente no processo sucessório, seja pelo compromisso de reprodução da família, seja pelas práticas do fazer rural. E é pela modernização agrícola e a proliferação do latifúndio que a noção de camponês se perder para dar lugar ao pequeno produtor rural pelo “conceito de pequena produção” (PORTO, 1997, p. 29), com

consequências na dinâmica da família rural (SCHNEIDER, 2001; WANDERLEY, 2017; FLECK et al., 2019) e na sucessão familiar (ABRAMOVAY et al., 1998).

Nesse sentido e no contexto do século XXI, se pressupõe que inovação tecnológica nas pequenas propriedades rurais familiares pode ser um fator de atratividade e de estímulo para o jovem rural suceder seus pais na gestão da propriedade, sem ignorar os fatores de insustentabilidade das pequenas propriedades rurais apontados por Hein e Silva (2019), os quais marcam o fenômeno êxodo rural contemporâneo.

De acordo com Mello (2003), a escolha de um membro da família para sucessor na gestão da propriedade requer planejamento do processo e preparação do herdeiro, tendo em vista que se espera do sucessor a continuidade dos projetos do sucedido. Essa escolha deve ser muito bem planejada e analisada, de acordo com as competências e qualificações de cada possível candidato, avaliando a capacidade deste sucessor (CNA, 2018).

Esta não é uma decisão fácil de ser tomada pela família rural pois, segundo Camargo, Zanin e Wernke (2018), muitos são os problemas, dentre eles: a dificuldade do produtor rural em conseguir influenciar seus filhos, o desinteresse dos jovens rurais em continuar nas atividades rurais. O interesse dos jovens rurais em modernizar as atividades produtivas por meio da introdução de tecnologia de produção e de informação, propriedade onde as pessoas buscam socializar, questionar, inovar constantemente, há maior espaço para transformação e continuidade da propriedade (BINOTTO; NAKAYAMA; SIQUEIRA, 2013). Contudo, o processo sucessório representa um marco no ciclo de vida do empreendimento, podendo determinar continuidade ou ruptura aos projetos implementados até então pela família rural (COSTA; ROCHA, 2020).

Estudos de Achado (2006) e Camargo, Zanin e Wernke (2018) apontam aspectos que permitem um melhor entendimento sobre a sucessão familiar rural. Os referidos autores analisaram os fatores que dificultam/facilitam a sucessão familiar nas propriedades rurais, aspectos relativos aos impactos da não continuidade na família rural e a relevância do planejamento sucessório para sobrevivência do empreendimento. A ausência de um padrão na sucessão, as dificuldades no processo sucessório, acabam tornando as questões do envelhecimento um agravante social na agricultura familiar (SPANVELLO et al., 2017).

Ao mesmo tempo, o debate sobre a sucessão familiar avança para a questão da migração seletiva, com público mais jovem e feminino migrando para a cidade nas últimas décadas, masculinizando e envelhecendo o meio rural, como pontua Zago (2016, p. 63):

No Brasil, a proporção entre a população rural e a urbana foi alterada de modo significativo nas últimas décadas (menos de 20% residem no meio rural), e os

movimentos migratórios em direção à cidade são formados por um público mais jovem e mais feminino que no passado. Essa migração seletiva.

Então, como manter jovens no meio rural? Zago (2016) constatou tratar-se de uma ação complexa e que depende de políticas públicas não somente educacionais, até porque Ferrari et al. (2004) constatou: maior grau de instrução formal implica migração do jovem rural. No entendimento de Zago (2016), o jovem rural que vivencia o mundo urbano percebe um horizonte de experiências e de possibilidades quanto a profissões e carreiras. Nesse leque de possibilidades, não considerar ser agricultor uma opção de carreira pois a associam à pobreza (FERRARI et al., 2004). Contudo, políticas públicas não são o fator determinante para a migração rural (RAMALHO; SILVEIRA NETO, 2012; ZAGO, 2016). Para entender o problema do êxodo dos jovens é preciso considerar aspectos tanto micro quanto macrossociais, levar em conta as transformações sociais, assim como as políticas públicas para modernização produtiva e modelo de desenvolvimento (CASTRO, 2019).

Brizzolla et al. (2020) expressam que o processo sucessório é imprescindível na vida das propriedades rurais, especialmente quando se trata de negócio familiar, pois a forma de condução do processo poderá resultar na continuidade ou ruptura das atividades desenvolvidas pelos pais por gerações, rompendo com o padrão moral, constatado por Abramovay et al. (1998). Ainda, de acordo com os autores, não há preparação para que os filhos deem sequência às atividades realizadas na propriedade. Costa e Rocha (2020) constataram que, mesmo assim, a maioria dos pais incentiva seus filhos a permanecer morando no meio rural.

Toledo e Zonin (2021), ao investigarem evidências sobre as relações sociais, econômicas e culturais que influenciam a sucessão geracional em propriedades rurais, constataram que a maioria não tem sucessores. O estudo mostra ainda que grande parte dos possíveis sucessores almejam outras formas de renda, por não reconhecerem potencial de geração de renda na propriedade rural de suas famílias, muitas vezes esse desinteresse dos jovens é ocasionado pela vulnerabilidade gerada devido a flutuação de preços de compra e venda do que é produzido na propriedade (KOVÁCS, 2020).

Nesta lógica, talvez um dos problemas na sucessão familiar esteja no planejamento e conhecimentos das fases do processo sucessório. Mello (2003) afirma que os pais devem assumir o papel de conduzir o processo sucessório e começar cedo discutindo com seus filhos as particularidades que o envolvem. Caso contrário, reitera o autor, sucessão será uma fonte de conflito intrafamiliar e dificulta sua concretização. No entanto, a sucessão é um tema que

pode estar sendo associado à morte pelas famílias rurais ou ser considerado fonte de conflito entre os familiares por envolver divisão de terras.

Nesse sentido, muitas dúvidas são postas a respeito de qual é o modelo de sucessão que produz melhores resultados, assim como sobre o que contribui para efetivar um processo de sucessão de pai/mãe para filhos sem intercorrências. A literatura sobre administração rural, por sua vez, silencia a respeito do tema, evidenciando a necessidade de estudos que possam contribuir para o debate.

Com base no exposto, questiona-se: quais são os fatores determinantes na sucessão em pequenas propriedades rurais familiares no município de David Canabarro-RS?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Compreender os fatores determinantes na sucessão familiar em pequenas propriedades rurais.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Descrever e caracterizar a estrutura das propriedades e das famílias rurais;
- b) Descrever o processo e o estágio em que se encontra a sucessão familiar;
- c) Identificar os fatores contributivos na efetividade do processo de sucessão familiar rural;
- d) Correlacionar os fatores que determinaram a efetividade ou a ruptura no processo de sucessão familiar.

## 1.3 JUSTIFICATIVAS

A justificativa deste projeto de dissertação está estruturada em três fatores, os quais são: importância, oportunidade e viabilidade e, ainda, pela motivação pessoal do pesquisador.

Quanto à importância deste estudo, destacam-se os aspectos teóricos uma vez que a revisão de literatura indica necessidade de atualização do debate científico do contexto brasileiro. A sucessão familiar rural é um tema de importância para permanência dos jovens nas propriedades e sua continuidade. As pequenas propriedades rurais são responsáveis pela

geração de renda e ocupação para as famílias rurais (ONU, 2017), além de serem responsáveis pela produção de alimento que chegam a nossas mesas (IBGE, 2006), onde se observa a importância da sucessão para continuidade das propriedades e frear o êxodo rural.

Uma contribuição prática do estudo está em provocar a família rural a refletir sobre a sucessão familiar, pensar alternativas que evitem o êxodo rural, realizar investimentos e modernizar o empreendimento. Ao mesmo tempo, se pretende trazer à discussão no contexto rural profissões, pobreza/riqueza e grau de instrução dos herdeiros. Para tanto, toma-se os ensinamentos de Ferrari et al. (2004) sobre “agricultor” ser também uma opção de carreira ao jovem rural e que esta não necessariamente implica em não ter formação superior e ser pobre. Ao discutir agricultor como profissão, espera-se instigar o jovem rural a cursar uma faculdade e permanecer no meio rural, assumindo a gestão do empreendimento da família.

O tema sucessão familiar representa uma oportunidade de estudo científico no campo teórico da administração rural. Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019), em seu estudo demonstraram a importância da sucessão familiar rural para a bovinocultura leiteira, e incentivam a produção de mais estudos empíricos sobre a sucessão familiar em pequenas propriedades rurais em outras regiões e concepções, ou como no estudo de Matte e Machado (2017) onde os autores identificam alguns fatores que podem influenciar a sucessão familiar, onde em sua conclusão dizem achar interessante o aprofundamento deste debate.

Este estudo se insere na linha de pesquisa, Comportamento, Aprendizagem e Gestão de Pessoas, do Programa de Pós-graduação em Administração (PPGAdm) da Universidade de Passo Fundo (UPF) ao desenvolver um tema relevante para a comunidade rural, ao qual enfrenta dificuldades no processo sucessório das propriedades.

Em relação da motivação pessoal para a realização deste estudo, a história familiar como filho de produtores rurais e que acompanha a realidade de outras famílias do lugar onde moro no município de David Canabarro-RS, percebo que em muitas propriedades deste município, ao passarem pelo processo de sucessão acabam enfrentando dificuldades, que contribuem para a não continuidade destas propriedades. Com presente estudo pretendo ao identificar os fatores contributivos que influenciam no processo de sucessão familiar, possa auxiliar as famílias rurais no planejamento do processo sucessório e sua continuidade.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os fundamentos teóricos sobre os conteúdos centrais do estudo, iniciando-se pela compreensão conceitual das propriedades rurais, que envolve as dimensões sociológica e antropológica da família rural. Também são discutidos aspectos da gestão e da sucessão familiar nas pequenas propriedades rurais. O estudo se insere na perspectiva teórica neomarxista, cujos expoentes são Ricardo Abramovay, Bruno Jean, Delma Pessanha Neves e Sérgio Schneider, contudo, contempla o debate mais amplo de forma a evidenciar a complexidade que envolve o tema central, a sucessão familiar rural.

### 2.1 PROPRIEDADES RURAIS

O modo de vida dos colonos no início do século passado baseava-se, fundamentalmente, em uma forma de produzir e de sociabilidade. Nos primórdios era praticada uma agricultura baseada no corte e na queima da mata e que tinha como culturas principais o milho, o feijão-preto, a abóbora, a mandioca e o tabaco e a produção da banha de porco, complementadas pela extração de madeira e de erva-mate, baseada na subsistência (WANDERLEY, 1999). A agricultura familiar baseia-se nisso; em função das condições em que as famílias se instalam, a forma de produzir alicerçava-se sobre a propriedade da terra, a produção para subsistência e as trocas econômicas locais.

Zaar (2011) e Veiga (2001) propõem uma divisão para os agricultores brasileiros, do seguinte modo: os granjeiros ou latifundiários proprietários de grandes áreas de terras; os pequenos agricultores ou mini fundiários, proprietários de áreas de terra até 100 ha; e os sem-terra, nesse sentido, na categoria dos pequenos agricultores estão relacionados aqueles que são parceiros ou sócios em minifúndios, na categoria dos sem-terra, estão incluídos os agricultores ou seus filhos, que foram expulsos de suas terras. A agricultura familiar passou por um processo de modernização, algumas propriedades são modernas e ligadas diretamente à estrutura de produção agroindustrial, agricultores altamente capitalizados e modernizados.

Kageyama e Graziano da Silva (1983) expõem que a agricultura passou por uma grande modernização na década de 1970, elevando a produção agrícola, abrindo o país a um significativo mercado de matéria prima e integração de novas áreas de produção que antes eram zonas isoladas. A evolução tecnológica foi uma evolução para as propriedades e produção agrícola, aumento das áreas cultivadas, e maior produção com o aumento das tecnologias empregadas na produção, essa mesma tecnologia que elevou a produção em

algumas áreas acabou forçando a migração para cidades em regiões menos desenvolvidas tecnologicamente.

De acordo com Potrich e Grzybovski (2017), os agricultores familiares por muitas vezes, tem limitações como agente de transformação e capacidade de mudança, pois constroem uma relação com o trabalho almejando a renda familiar, embora, tenham muito potencial para a inovação e capacidade empreendedora, onde poderiam usar isso como uma estratégia de sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

Potrich *et al* (2017) indagam sobre a sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais, questões pertinentes como a conservação dos recursos naturais e a sua utilização em práticas que podem provocar o menor impacto provável com rendimento agrícola. Assim, entende-se que tais atividades necessitam provocar retorno do investimento efetuado pelo agricultor, a falta de esperança na continuidade/sucessão da propriedade é umas das causas da resistência dos agricultores a novas práticas sustentáveis, a diversificação produtiva junto políticas públicas podem mudar as práticas de sustentabilidade destas propriedades.

Os estudos sobre propriedades rurais familiares constituem em um fenômeno recente, cujo interesse vem crescendo rapidamente, tendo em vista de que esse interesse se reflete no aumento de publicações, bem como de pesquisas e de cursos formais, no entanto, não são suficientes para uma compreensão completa e sistêmica sobre o tema (CANÇADO, 2013).

As propriedades rurais têm grande importância, por muito tempo a agricultura em pequenas propriedades era essencialmente de subsistência, produção de alimentos e tudo o que a família precisava para sobreviver. Com a modernização da agricultura houve uma grande evolução das pequenas propriedades se tornando negócios promissores, com grande potencial para o empreendedorismo, sem deixar de lado o viés da sustentabilidade, geração de renda, emprego e alimentos.

No contexto nacional, há de se considerar que a agricultura familiar brasileira é caracterizada por uma grande diversidade sociocultural, política e econômica. A modernização da estrutura agropecuária da política brasileira no período pós-II Guerra Mundial teve, no entendimento de Silva (2011), foco no aumento da produtividade a partir da incorporação de tecnologia de produção e subsídios fiscais e creditícios. Produtividade, tecnologia e agricultura são atividades que facilitam a transição na gestão de propriedades rurais de pais para filhos, configurando a sucessão familiar (SILVA, 2011).

As pequenas propriedades rurais familiares são porções de terras com até quatro módulos fiscais Ehlers (1999), onde a mão de obra é exclusivamente familiar. Por muito tempo essas propriedades exerciam exclusivamente atividades de subsistência

(ABRAMOVAY et al., 1998; WANDERLEY, 1999; SCHNEIDER, 2001). Contudo, as propriedades rurais foram modernizadas e algumas são altamente tecnológicas, realizam atividades agroindustriais que agregam valor à produção rural sem deixarem de ser pequenas extensões de terras e utilizarem mão de obra familiar (VEIGA, 2001; ZAAR, 2011).

De acordo com Carmo et al. (2021), a venda dos produtos rurais das pequenas propriedades, também denominadas de agricultura familiar, para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) representa uma experiência que favorece a sustentabilidade alimentar por meio do fornecimento de alimentos frescos para a alimentação escolar. Assim, por um lado, tais propriedades rurais contribuem para as escolas oferecerem um cardápio escolar mais equilibrado e saudável, com alimentos frescos e locais, aos seus estudantes. Por outro lado, eliminam-se os intermediários no processo de comercialização dos produtos por meio da venda direta dos produtos rurais ao município. Além de programas governamentais, as organizações cooperativas são importantes para o desenvolvimento das atividades produtivas nas propriedades familiares e para o envolvimento de toda a família nas atividades produtivas (BOESSIO; DOULA, 2017), em especial por meio da implementação de programas de formação de jovens rurais (MARIN, 2020). Como foi dito anteriormente as pequenas propriedades rurais familiares são formadas por pequenas extensões de terra na qual é utilizada mão de obra familiar. Essas pequenas propriedades rurais podem se tornar grandes negócios, modernos, que investem em tecnologias, inovação no processo produtivo e agregam valor ao produto e à propriedade rural. Para tanto, a gestão profissional dos processos, realizada pelos membros da família rural.

## 2.2 FAMÍLIA RURAL

No Brasil, empreendedor familiar rural é definido como aquele que pratica atividades no meio rural, não detêm, a qualquer título, área maior do que quatro módulos fiscais; utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas; têm renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento (EHLERS, 1999).

Olic (2001) diz que quase 20% do contingente populacional, aproximadamente 30 milhões de pessoas, viviam em zonas consideradas rurais, sendo quase metade delas na região nordeste, considera que o rural não pode ser visto como sinônimo de atraso, já que atualmente não se opõe ao urbano como símbolo da modernidade. Do ponto de vista das formas de organização econômica, as cidades não podem apenas ser identificadas como os locais onde



se desenvolvem as atividades industriais, nem os campos como as áreas onde apenas se praticam atividades ligadas à agricultura e à pecuária, uma gradativa parcela do espaço rural foi se urbanizando através do processo de industrialização e do transbordamento do mundo urbano para aquelas áreas que tradicionalmente eram definidas como rurais, a agricultura ficou fortemente interligada ao restante da economia.

Para Graziano da Silva (2001), as famílias rurais brasileiras tradicionais estão, cada vez mais, garantindo sua sobrevivência mediante transferências sociais, como aposentadorias e pensões e fora do setor agrícola (pluriatividade). Além disso, o patrimônio familiar (as terras, a casa dos pais) passou a ser preservado e transformado numa espécie de base territorial que acolhe os parentes próximos em algumas ocasiões festivas e torna-se cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente do desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. A partir dos anos 1990 surgiram pesquisas com o intuito de conhecer o caráter familiar dos estabelecimentos agrícolas e suas formas de funcionamento, cuidando-se, portanto, do tema atual (SCHNEIDER, 2003).

As atividades das pequenas propriedades rurais familiares são gerenciadas segundo uma lógica específica, reduzindo as despesas familiares e os custos de produção por meio da utilização da mão-de-obra da família. Essa lógica é orientada pelo espírito de sobrevivência (atividade de subsistência), da minimização dos riscos da produção e comercialização do produto rural e da qualificação do sistema produtivo (FURTADO, 2000; NEIMAN, 2013). Contudo, também há uma lógica moral que determina a perspectiva de futuro de alguns dos jovens da família rural, que Abramovay et al. (2004) descrevem como “padrão moral”, ou seja, continuar a exercer a mesma profissão dos pais, o de ser agricultor.

Savoldi e Cunha (2010) enfatizam que no Brasil, a agricultura familiar praticada nas pequenas propriedades surgiu à margem da grande propriedade e nunca teve uma política em seu benefício, destacam que, a partir da década de 1990, ocorreram de forma significativa mudanças econômicas, sociais e políticas no espaço mundial. Dessa forma, no contexto do espaço brasileiro, o reflexo dessas mudanças pode ser constatado no âmbito da agricultura familiar que começou a conquistar um lugar importante neste cenário de transformações.

Mattei (2014) diz que são inegáveis os avanços observados nas duas últimas décadas no meio rural brasileiro, a partir do momento que o estado decidiu apoiar mais fortemente o setor produtivo classificado como agricultura familiar. Ainda destaca que o PRONAF se tornou um instrumento fundamental para discussão do desenvolvimento rural no país, compreendendo que o seu significado é primordial para definição das estratégias de reprodução social dos agricultores familiares (MARIN, 2020).

As dificuldades vivenciadas nas atividades produtivas do campo é um dos fatores que contribuem para não continuidade das famílias nas propriedades rurais, juntamente com a flutuação dos preços acaba por fragilizar as penas propriedades, esses fatores têm abertura a partir de comparações com o urbano (KOVÁCS, 2020). Nesse sentido, alguns dos argumentos identificados para a não continuidade das propriedades são; atividades que demandam maior esforço físico, falta de horário fixo, baixos rendimentos e a falta de opções de lazer, de acordo com as evidências apresentadas pelos autores a tomada de decisão dos jovens não é influenciada por um único elemento, mas por um conjunto deles, que condicionam o contexto de saída dos filhos (FURTADO, 2000).

Camilotto e Stock (2013) e Breitenbach, Mazocco e Corazza (2019), por exemplo, destacam a importância da permanência dos jovens nas propriedades rurais para dar continuidade ao empreendimento rural. Entre as diferentes razões para tanto, os autores apontam os seguintes desafios: elevada carga de trabalho, cumprimento de longas jornadas de trabalho, falta de incentivos, trabalho complexo, baixa remuneração pelo produto comercializado, falta de estabilidade. Em contrapartida, a literatura nacional indica importância significativa das cooperativas para as famílias rurais efetivarem jovens no campo.

Moreira et al. (2018) e Moraes, Medeiros e Matte Jr. (2018) destacam a qualidade de vida, a expectativa de renda, o reconhecimento pela atividade que desempenha e segurança como fatores que mais influenciam os jovens a permanecerem nas propriedades rurais de suas famílias. As principais vulnerabilidades da vida nas propriedades rurais estão relacionadas às condições de habitação, escolaridade, saúde, integração social, lazer e acesso à renda (TONEZER; TRZCINSKI; DAL MAGRO, 2017).

Então pode-se dizer que família rural é formada por um núcleo de pessoas geralmente composta pelos pais e seus filhos podendo conter ainda mais de uma geração como avós e netos, esse núcleo familiar vive em uma pequena gleba de terra onde exercem atividades de subsistência como a produção de alimentos para a família, mas também podem exercer atividades econômicas utilizando mão de obra familiar, para o sustento e o bem-estar da família.

### 2.3 SUCESSÃO FAMILIAR RURAL

O debate em torno do processo sucessório é de certo modo incômodo para pais e filhos, principalmente na medida em que trata de decisões importantes frente a situações que dizem respeito à morte, além da passagem do poder a outro membro, o poder em questão

poderá dar liberdade para o novo responsável tomar suas decisões por conta própria, tendo liberdade em classificar o que julga como melhor escolha (COSTA; ROCHA, 2020).

Oliveira (2004) apresenta que sucessão *causa mortis* que consiste na transição dos bens da pessoa falecida para seus herdeiros, podem ser legítima ou testamentária, a primeira dá-se em virtude da lei, que estabelece a ordem da vocação hereditária descendentes, ascendentes, cônjuge e colaterais até o 4º grau, além do companheiro, a outra espécie de sucessão denomina-se “testamentária” porque decorre da manifestação de vontade deixada pelo testador, dispondo sobre seus bens e quem sejam os sucessores. Havendo testamento, prevalece a sucessão testamentária, ante a primazia da vontade do testador sobre a disposição da lei, ressalva-se, porém, a metade da herança, chamada de “legítima”, a que têm direito os herdeiros necessários.

A sucessão pode ocorrer de diferentes formas, sendo a sucessão legítima a mais comum, segundo (MENIN, 2014). Sucessão legítima é aquela deferida através de lei, obedecendo sempre a ordem de vocação hereditária, ou seja, a escala de preferência dos herdeiros para o recebimento da herança. Esse tipo de sucessão só ocorre, geralmente, se o autor da herança falecer e não deixar testamento expressando suas declarações de última vontade.

Outra forma de sucessão é a testamentária, esta ocorre quando o autor, ainda em vida e em domínio de suas faculdades mentais, transmite a herança por meio de testamento para quem ele deseja que fique com o seu patrimônio depois de sua morte; contudo, os herdeiros só recebem a herança após pagas as dívidas do espólio, e esta é garantida aos herdeiros apenas se ainda sobrar bens. Além disso, o autor pode dispor em testamento de somente a metade dos seus bens, visto que a outra metade pertence a esses herdeiros, que são descendentes ascendentes e cônjuge (LEITE, 2006). O autor do testamento pode escolher quem quiser para dispor da parte disponível de sua herança, e isso inclui também pessoas estranhas, que são os herdeiros testamentários (SILVA, 2014).

A sucessão após a morte pode ser legítima ou testamentária (OLIVEIRA, 2004). Contudo, apontam Hunger et al. (2016), não necessariamente precisa ocorrer a morte para conduzir a sucessão, uma vez que a sucessão pode ser planejada com vistas a evitar conflitos entre os herdeiros (HUNGER et al., 2016).

Para Carvalho (2007), a sucessão familiar rural é a transferência da propriedade rural do proprietário para seus herdeiros legais, seja em vida ou pós morte. O autor ainda salienta que esse não é um processo fácil e, em grande parte dos casos, termina com a dissolução da atividade e dos laços familiares. Afirma ainda que um dos principais desafios da sucessão

familiar são as contendas que as divisões das propriedades ocasionam, pois, independentemente de a separação ocorrer por meio judicial, sempre haverá conflitos e eles, geralmente, são complicados e nada fáceis de chegar a uma solução, outro desafio que se encontra no processo de sucessão nesses casos é a evasão da zona rural, pois, conforme os autores, o ambiente ainda é rústico, fazendo assim com que os jovens, sob a influência dos pais, busquem oportunidades na cidade e, geralmente, há certa resistência caso tenham que retornar ao campo.

Gonçalves (2000) afirma que a sucessão familiar nada mais é que uma passagem de poder e patrimônio do fundador para o sucessor e tal processo sempre causa dúvidas a respeito de como está sendo feito. O autor ainda diz que a sucessão familiar ocorre quando uma geração abre espaço para que a outra assuma suas responsabilidades e salienta que esse tipo de transição entre gerações tem recebido forte ênfase nas empresas familiares.

Mello (2003) mostra que, até a década de 1960, a decisão sobre o sucessor do estabelecimento familiar era realizada pelo pai, sendo escolhido, em grande maioria, o filho mais novo, enquanto os filhos mais velhos eram encaminhados para destinos diferentes, como o religioso ou para o matrimônio, de certo modo, havia uma espécie de pressão moral sobre a permanência do filho, este tinha a “responsabilidade” de assumir a tarefa de cuidar dos pais e dar continuidade à propriedade, em troca seria compensado com a herança.

Abramovay (2003) discute as implicações das mudanças dos padrões sucessórios da agricultura familiar na região oeste de Santa Catarina, onde, segundo o autor, até os anos 1960, o sucessor na propriedade era o filho mais novo. Contudo, a partir do final dos anos 1970, o autor constatou ruptura desse padrão ao mesmo tempo em que não identificou um padrão alternativo, mas a emergência de novos tipos de conflitos familiares relacionadas à sucessão familiar. Diante dos motivos dos conflitos, Abramovay (2003) constatou a ausência de planejamento da sucessão, acordo familiar a respeito de quem fica com a propriedade paterna e qual será a remuneração dos demais irmãos.

Historicamente, a continuidade das atividades agrícolas sempre acontecia de forma natural e por várias gerações os filhos substituíram os pais. Porém, questões acerca da sucessão passaram a preocupar agentes que atuam no setor (técnicos da Emater, agrônomos, cooperativas, entre outros). Conforme nos ensina Carvalho (2007), a sucessão familiar rural é tema que concorre paralelamente a uma série de transformações que impactam a gestão das pequenas propriedades rurais familiares, com reflexos na modernização da infraestrutura, dos sistemas de produção e das técnicas de gestão.

Para Abramovay (1998; 2003), os padrões sucessórios em determinadas regiões do país ameaçam o desenvolvimento social no meio rural. Antigamente os jovens seguiam as regras impostas por seus pais e permaneciam no campo dando continuidade a propriedade paterna. Contudo, no contexto atual a sucessão natural não mais ocorre, a demora na definição do sucessor e a ampliação do horizonte profissional dos jovens acabam por atrasar as discussões sobre questões fundamentais para a continuidade das atividades na propriedade rural, como novos investimentos, ampliação das atividades ou manutenção das mesmas

Hunger et al. (2016) afirmam que, diversas empresas consideradas “modernas” nasceram e se perpetuaram no mercado valorizando o legado familiar, preservando o nome da família como sinônimo de empresa de confiança e que valoriza as tradições, a cultura e os valores das gerações anteriores. Aguiar e Souza (2020) concordam com a importância da valorização do legado familiar também nas práticas administrativas dos empreendimentos rurais. Para tanto faz-se necessário planejamento da sucessão tendo em vista que o legado transgeracional, como descreve Almeida (2008), impeça a modernização das práticas, tendo em vista que carrega consigo representações e afetos.

Para Hunger et al. (2016), empreendimentos familiares estão diretamente vinculados às questões de sucessão entre os membros da família proprietária, tendo em vista que sua origem está na união de todos para produzir e sustentar a família. É comum a família rural enfrentar dificuldades em gerenciar o processo sucessório, por não entender tal vinculação, em especial pelo padrão moral descrito por Abramovay et al. (1998). Tal limite de compreensão sistêmica do empreendimento e da dinâmica da família na sua gestão, na fase de transição geracional, contribui para a ocorrência de problemas envolvendo a partilha de bens, processo muitas vezes judicializado. A partilha de bens, nesses casos, inviabiliza a continuidade da produção rural, além de provocar rupturas nas relações familiares, como descrevem Maciazeki-Gomes et al. (2019, p. 306):

Se por um lado, a ideia de herança evoca a posse de bens materiais da família, por outro, dá acesso a um legado moral formado por tradições, costumes, valores, regras e normativas pertencentes a um determinado círculo familiar. A herança, neste contexto, remete a um regime de verdades, a práticas discursivas que, ao serem repassadas de geração em geração, acionam e produzem processos de subjetivação [...]. Não se trata de uma transmissão homogênea e atemporal. Ao contrário, a herança cultural da família é atravessada pelas questões do seu tempo, resultado de continuidades e rupturas em relação aos modos de pensar, sentir e viver a vida, em sua singularidade.

A exemplo de Maciazeki-Gomes et al. (2019), outros estudos científicos sobre família rurais, sucessão, gênero e subjetividade foram realizados em diferentes regiões do Brasil (CAMILOTTO; STOCK, 2013; CASTRO, 2017; MORAES; MEDEIROS; MATTE JR.,

2018; BREITENBACH; MAZACCO; CORAZZA, 2019; MARIN, 2020; ABDALA; BINOTTO; BORGES, 2022) remontam às dificuldades encontradas na sucessão nas pequenas propriedades rurais. A sucessão familiar é tema sensível nas relações familiares, seja pela ausência de membros da família dispostos a assumir o legado familiar nas atividades produtivas, incertezas sobre a continuidade ou não das atividades produtivas, bem-estar da família, entre outras razões (ABRAMOVAY, 2000; FERRARI et al., 2004; MACIAZEKI-GOMES et al., 2019), mas o capital social contribui na construção de rede de relacionamentos e na definição de sucessores (ABDALA; BINOTTO; BORGES, 2022). Mello (2003) destaca que as famílias rurais têm dificuldade em realizar a sucessão por não ter extensão de terras suficiente para comportar duas ou mais famílias. Assim como descrevem Abramovay et al. (1998) e Ferrari et al. (2004), a sucessão também traz construções mentais em torno da pobreza, pela precariedade das condições da unidade produtiva, por muitas vezes associada ao baixo grau instrucional dos seus membros, que não visualizam alternativas tecnológicas para aprimoramento das atividades rurais.

Mello (2003) destaca o padrão sucessório em que pais escolhiam o sucessor, não tem mais a mesma representatividade nas gerações atuais, afirmação que é confirmada por Ferrari et al. (2004) e Maciazeki-Gomes et al., (2019), evidenciando a construção de um novo padrão no processo sucessório no contexto do século XXI. O padrão de rigidez hierárquica conferido no passado cedeu espaço para decisões mais livres e democráticas, com pais valorizando e incentivando as decisões dos filhos. Essa nova conjuntura permite aos filhos decidirem a profissão e desafia a família rural a pensar nas fontes de renda e o tipo de “remuneração” que esses filhos receberão, haja vista não receberem a terra como herança. Entre os fatores que podem orientar a tomada da decisão da sucessão familiar está o interesse em suceder o pai, no entanto, em grande medida, a área e estrutura do estabelecimento não comportam mais de um filho e sua família e um mercado de terras cada vez mais acirrado, somado à baixa renda da família, que não possui condições de alocar mais de um filho na agricultura.

Ao falar da questão da sucessão familiar é necessário que se tenha a percepção de que a mesma engloba várias questões como a transferência do patrimônio, a continuidade da atividade profissional e a saída da geração paterna do comando. Dessa forma, a passagem da propriedade rural não se dá de forma rápida, pelo contrário, é lenta e gradual e o tempo pode variar, uma vez que a transição da unidade produtiva é um momento essencial no processo de reconstituição de uma nova geração, muitas vezes os sucessores sofrem uma pressão social para assumir o controle da propriedade, para que a sucessão ocorra da melhor forma, deverá haver um planejamento, fazendo assim com que os possíveis sucessores encontrem menos

obstáculos durante o processo, desse mesmo modo isso ocorre com as pequenas propriedades rurais, essa também necessita de alguém que dê continuidade a propriedade (CARVALHO, 2007; MORAIS; BORGES; BINOTTO, 2018).

Anjos, Caldas e Costa (2006) apontam que o baixo nível de renda, tanto agrícola como não agrícola, não é suficiente para explicar a ausência de sucessores, os autores consideram esse elemento importante na decisão de ficar ou sair, entretanto, não acreditam que ele represente o principal fator a influenciar a tomada de decisão dos jovens. Apenas a baixa renda não os afasta, como também a própria ausência de remuneração pelos seus serviços ou bonificações pela sua participação na produção e comercialização de produtos gerados no estabelecimento. Nesse mesmo estudo, os autores evidenciam a relação positiva entre a presença de pluriatividade e a permanência dos filhos, constatando relação direta com a renda do estabelecimento, que passa a assegurar o atendimento a condições mínimas para a família e para os jovens. Ainda segundo os autores, a renda provinda da pluriatividade e de transferências sociais como por exemplo a aposentadoria, contribuem de maneira a assegurar consumo socialmente aceitável para a população rural.

Spanevello et al. (2010) afirmam que a tomada de decisão dos filhos também está diretamente relacionada à ausência de incentivo e estímulo dos pais, que já não veem a agricultura como uma boa alternativa e futuro para os filhos. Hein e Silva (2019), apoiando-se em Ellis (2000), afirmam que há múltiplas carências produtivas que contribuem para a migração rural, não se restringindo aos fatores do comportamento humano, no nível individual, ou ao estímulo dos pais, no nível coletivo.

Nessa lógica, a comparação entre urbano e rural estimula o jovem a migrar, por menosprezar o ambiente em que reside e supervalorizar o urbano, mas o “projeto individual” não necessariamente é oposto ao “projeto familiar”, como descreve Martins (2021, p. 109):

projetos de futuro construídos pela juventude rural na contemporaneidade não são necessariamente opostos aos desejos de suas famílias. Trata-se de um tema negociado no interior das famílias e desenvolvido a partir do “campo de possibilidades” desses sujeitos. Nossa experiência em campo sugere que a família, no geral, tende a exercer o papel de suporte dos projetos de futuro dos jovens e não de censor dessas “escolhas”.

A dinâmica da sociedade contemporânea tem provocado reflexões a respeito dos fatores que influenciam a sucessão familiar. As mudanças dos padrões de sucessão, a ruptura das tradições de um dos filhos darem continuidade a propriedade dos pais, instigam os jovens rurais a seguirem suas aspirações profissionais. Em alguns casos, tais decisões por parte de um irmão/irmã geram conflitos entre os herdeiros e conduz a família rural a discutir sobre a continuidade no meio rural.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção são descritos os procedimentos metodológicos que foram adotados na investigação empírica com vistas a atingir os objetivos propostos, primeiramente, é apresentado o delineamento da pesquisa, de forma a determinar os contornos metodológicos que justificam as escolhas dos métodos e técnicas de definição da amostra e participantes, dos instrumentos de coleta de dados.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo paradigma interpretativista pois pretende estudar o fenômeno “sucessão familiar” a partir da realidade no contexto social (DE PAIVA JÚNIOR; DE MELLO, 2008) enfatizando a realidade como um produto das experiências subjetivas e intersubjetivas dos produtores rurais. Trata-se de uma pesquisa desenvolvida no nível descritivo, segundo Lakatos e Marconi (2003), por contribuir para estabelecer relação entre as variáveis no objeto de estudo analisado.

A estratégia escolhida para o presente trabalho foi o estudo de caso múltiplo por ser julgado o mais adequado para investigar o fenômeno de sucessão das famílias rurais do universo estudado, a utilização de casos múltiplos permite a triangulação fontes e a verificação da existência de correspondência entre os casos, o que pode reforçar a validade do estudo. Estudo de casos múltiplos, que, de acordo com Yin (2001) é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos, o autor enfatiza ser a estratégia mais escolhida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por quê” e quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos pesquisados.

Segundo Yin (2001), a técnica de coleta de dados para um estudo de caso requer habilidades específicas do pesquisador, treinamento e preparação, desenvolvimento de um roteiro e a condução de um “estudo-piloto”. Foi realizado um estudo piloto em uma propriedade onde existe uma maior complexidade no processo sucessório a fim de testar o instrumento de coleta de dados e validá-lo.

Além disso, foi utilizada a triangulação de fontes, conforme orienta Coraiola et al. (2013), por permitir verificar a existência de correspondência entre os dados oriundos de diferentes fontes e aumentar a compreensão sobre o mesmo fenômeno (YIN, 2001). Para



Flick (2009), o uso da triangulação de fontes de evidência, métodos, perspectivas e observadores aumenta a qualidade da pesquisa à medida que lhe atribui mais rigor, complexidade e profundidade.

A utilização da abordagem qualitativa dos dados permite compreender os sentidos e as experiências dos membros das famílias rurais, investigando nas falas, as crenças e outros elementos subjetivos, como recomendam Taylor, Bogdan e DeVault (1997).

### 3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E CASOS DE ESTUDO

O universo da pesquisa é formado por 689 propriedades rurais (IBGE, 2017) localizadas no município de David Canabarro, na região norte do Estado do Rio Grande do Sul (RS). Deste universo foram selecionados quatro casos para estudo em profundidade.

Os casos foram selecionados para o estudo seguindo os seguintes critérios: porte pequeno (até 50 hectares), de propriedade e gestão familiares, estágio de sucessão familiar. Os critérios de inclusão são:

- dois casos de famílias rurais que estão em fase final de sucessão familiar e/ou já finalizada;
- dois casos de famílias rurais que não conseguiram efetivar a sucessão familiar, em fase final de venda/arrendamento ou abandono da propriedade.

### 3.3 SUJEITOS DA PESQUISA

Os participantes do estudo são todos os membros da família, sendo os proprietários do estabelecimento rural, os sucedidos e os seus sucessores (filhos, genros e noras). As entrevistas foram realizadas com 13 pessoas (pais e filhos) nas 4 entrevistas realizadas com as famílias.

Para manter o anonimato e preservar a identidade e sigilo dos dados dos entrevistados, os pesquisados são identificados no texto por meio de códigos, conforme consta na Tabela 1, formado por letras e identificação de gênero, quando necessário.

Tabela 1 – Código de identificação dos sujeitos da pesquisa

<b>Código</b>	<b>Significado</b>
P	Pai do proprietário
M	Mãe do proprietário
FO	Proprietário
EF	Esposa proprietário
NTA	Herdeira
NTO	Herdeiro

Fonte: elaboração do autor, 2021.

### 3.4 COLETA DOS DADOS

Foram realizadas entrevistas com os proprietários de quatro pequenas propriedades rurais e seus herdeiros no período de junho a julho de 2021. Uma técnica de coleta de dados da família rural que foi utilizada é a entrevista semiestruturada, conforme recomendam Barros e Duarte (2006), aos proprietários rurais e seus herdeiros.

Para padronizar e guiar o entrevistador no processo de coleta de dados foi elaborado um “protocolo de estudo de caso” (APÊNDICE A), o qual descreve um roteiro começando pela escolha das propriedades onde foi realizado o estudo, os procedimentos realizados para a realização das entrevistas, até a fase de análise dos dados coletados.

Para a realização das entrevistas, primeiramente fez-se contato telefônico com os sujeitos da pesquisa, explicando o propósito do trabalho e verificando a possibilidade da realização de uma entrevista com os proprietários e seus herdeiros, através do Google Meet®, onde tivesse a possibilidade e todos concordaram, foi feito o agendamento, encontrou-se algumas dificuldades em alguns casos pela desconfiança principalmente dos mais idosos, de como seria utilizado os dados da entrevista. No dia combinado, com todos os presentes, perguntou-se aos mesmos se concordam em gravar a entrevista para posteriores consultas e uso exclusivo para o presente trabalho. As entrevistas ocorreram livremente, como uma conversa informal, onde foram feitas algumas perguntas primeiramente para os proprietários (pais) e posteriormente para os herdeiros (filhos ou agregados).

Os proprietários bem como seus herdeiros foram entrevistados, seguindo o Roteiro de Entrevista, com o intuito de entender como se deu, ou não, o processo de sucessão, do sucessor aos seus herdeiros.

### 3.5 ANÁLISE DOS DADOS

Nos estudos de casos múltiplos, conforme orienta Yin (2001), a análise de dados é realizada durante toda a pesquisa. Novos dados são constantemente analisados e resultados de análises prévias direcionam a investigação futura. O processo de análise de dados consiste, basicamente na escolha do problema, a sistematização dos dados e construção de modelos, na primeira fase do processo de análise de dados o investigador identifica o problema que parece ser de maior importância, após é decidido quais os aspectos devem ser estudados na situação em questão, qual aparato teórico a ser utilizado, o pesquisador deverá tratar os seus dados de forma a torná-los compatíveis.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, pretende-se usar das percepções do pesquisador durante as entrevistas para formular novos questionamentos aos sujeitos da pesquisa com vistas a validar ou triangular informações específicas do lugar da família rural. Após cada entrevista, pretende-se fazer um relatório preliminar com o auxílio das gravações, onde já serão descritas as primeiras impressões e feitas as primeiras análises, ao final do período de entrevista, serão unidos todos os relatórios com as principais conclusões alcançadas.

Será utilizado a triangulação de fontes através das análises das entrevistas com os sucedidos e as entrevistas com os sucessores, dados prévios levantados sobre a propriedade e os membros da família e documentos da literatura.

No processo de análise dos casos foi realizado pelo método análise de conteúdo, seguindo os procedimentos descritos por Bardin (1979), os quais caracterizam-se em três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase da pré-análise, o material foi organizado para torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Na segunda fase fez-se a codificação do material com base nas categorias de análise e considerando os caracteres comuns e identificação das unidades de registro. Na terceira fase os resultados foram inferidos e interpretados, momento em que foi considerado a intuição do pesquisador na realização da análise reflexiva e crítica dos dados à luz do referencial teórico, seguindo as recomendações de Mozzato e Grzybovski (2011), as quais são de considerar o contexto e a história nos quais os dados foram coletados.

### 3.6 QUESTÕES ÉTICAS NA PESQUISA

A pesquisa passou pela aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Passo Fundo, número do Parecer: 4.782.281, tendo a total responsabilidade de preservar os dados dos entrevistados, utilizando apenas dados previamente autorizados e com consentimento dos entrevistados para realização do estudo, bem como para possíveis publicações, mas sempre preservando a identidade dos entrevistados.

Os entrevistados autorizaram as entrevistas por meio da assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (**APÊNDICE B**) o qual, além de dar segurança aos participantes, esclarece possíveis dúvidas quanto aos procedimentos adotados durante as entrevistas.

As entrevistas também foram gravadas com devida autorização de todos os presentes e seu uso foi restrito aos pesquisadores, cujo propósito foi auxiliar o entrevistador na elaboração de relatórios e futuras análises. Após transcrição e término do estudo, as gravações foram destruídas.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS CASOS

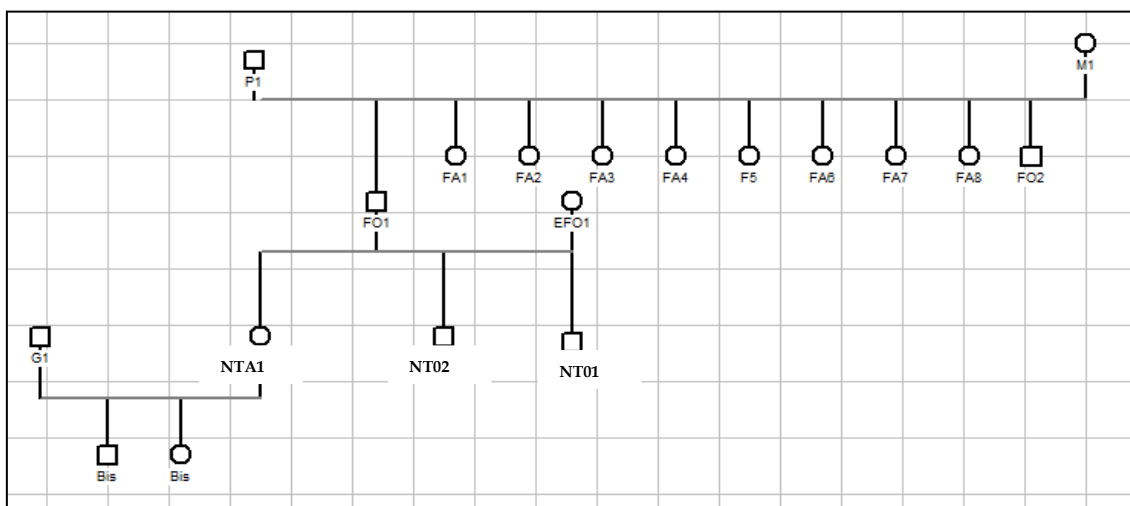
O objetivo da presente seção é apresentar as propriedades e as famílias rurais participantes do estudo, sendo 2 onde vai haver sucessão familiar e 2 onde os herdeiros não deram continuidade aos negócios da família. Especificamente, é apresentada a percepção das famílias sobre o processo sucessório a sua propriedade rural, bem como os planos das famílias para continuidade ou não das atividades rurais.

### 4.1 CASOS DE FAMÍLIAS RURAIS COM SUCESSÃO EFETIVADA

#### 4.1.1 Família Bedin

A propriedade rural da família Bedin é formada por 14 hectares de terra e foi herdada do pai do FO1 após seu casamento. Segundo ele, isso ocorreu por meio da decisão de ter sido o filho homem mais velho (critério de sucessão) de uma família formada pelos pais e 10 filhos (8 mulheres e 2 homens), como representado na Figura 1.

Figura 1 – Genetograma da Família Bedin.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Atualmente a propriedade está na segunda geração e preparando os herdeiros para possivelmente passar para a terceira geração. A família atualmente na propriedade é composta por 5 pessoas as quais foram identificadas por códigos conforme descritas na tabela 1, sendo os pais e dois filhos homens, a filha mulher quinta integrante da família já se casou e não mora mais na propriedade.

Tabela 2 – Perfil dos sujeitos da pesquisa

<b>Código</b>	<b>Idade, em anos</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Histórico/parentesco</b>
P1	Falecido	Casado	-	Pai\primeira geração
M1	Falecida	Casada	-	Mãe\primeira geração
FO1	57	Casado	Ensino fundamental	Pai\segunda geração
EFO1	55	Casada	Ensino médio	Mãe\segunda geração
NTA1	31	Casada	Ensino médio	Filha\terceira geração
NTO2	25	Solteiro	Ensino médio	Filho\terceira geração
NTO3	18	Solteiro	Ensino médio	Filho Terceira geração

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa, 2021.

Sobre o processo de sucessão na primeira geração, FO1 relata que, na época, “não tinha muitas escolhas”, dentre as quais identificou a “oportunidade de estudar”. Contudo, demonstra capacidade de resiliência na medida em que se conforma por gostar do que faz e não se arrepende de ter assumido a gestão da propriedade de seu pai.

O diálogo entre FO1 e sua esposa (EFO1) descrito a seguir revela o critério da família na escolha do sucessor:

FO1: Uma vez não se tinha muita oportunidade de estudar. Então ficamos na lavoura, na roça.

EFO1: Foi por escolha e por ser o único filho homem... o filho mais velho.

FO1: O filho homem mais velho.

A correção de FO1 à fala de EFO1 evidencia uma questão importante na sucessão, que é a hierarquia de cada um na família tradicional (nuclear), a qual determina ao homem o papel de provedor. Assim, a sucessão familiar é determinada, primeiro, ao filho homem mais velho. Nessa família, em especial, o segundo filho era mulher, cabendo-lhe o papel de realização dos afazeres domésticos e se preparar para realizar um “bom casamento”, ou seja, casar-se com um homem proprietário de terras.

O papel de provedor da família, impresso na herança moral de FO1, determina as atividades produtivas realizadas. Assim, na propriedade da família Bedin se produz fumo, milho, soja e leite. Esses produtos rurais cultivados também representam herança da primeira geração, na medida em que são cultivados desde então. Antes disso, quando a propriedade ainda pertencia aos seus pais era produzido milho, soja e suínos, após assumir a propriedade foi abandonada a criação de suínos e passou a plantar fumo e criação de vacas leiteiras por essas atividades serem consideradas mais rentáveis pelo herdeiro.

Quadro 1 – Produtos produzidos pela família Bedin, numa perspectiva transgeracional.

ANTES (pai)	DURANTE (filho)	Perspectivas futuras (neto)
Suíños	Fumo	Milho
Milho	Milho	Soja
Soja	Soja	Leite
	Leite	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A análise das atividades produtivas desenvolvidas pela família Bedin, numa perspectiva transgeracional, revela que algumas atividades são abandonadas, como a suinocultura, e outras introduzidas (fumicultura e bovinocultura de leite). O critério de decisão é a percepção de rentabilidade e assim o fumo tornou-se o produto principal.

O mesmo comportamento aparece na fala da geração atual. Os dois filhos homens (NTO1 e NTO2), ao serem questionados sobre a continuidade das atividades produtivas, afirmam que essa decisão depende da rentabilidade da fumicultura, em razão da instabilidade das condições climáticas:

Olha, dependendo de como vai o tempo [condições climáticas], né? Mas eu acho que o que a gente está trabalhando hoje, trabalharia, sim. (NTO1)

De acordo com a fala dos herdeiros, a terceira geração continuará com as atividades desenvolvidas pelos seus pais se as condições climáticas permitirem, mas demonstram interesse de se possível abandonar a produção de tabaco por ser a menos mecanizada e por consequência a mais cansativa.

Os proprietários consideram o trabalho na roça bom e relatam que tem uma melhor qualidade na propriedade em comparação a vida urbana, onde podem ter uma renda boa e produzir seus alimentos:

Está mais fácil de viver aqui na agricultura do que lá na cidade. (EFO1)

Seria bom, é bom morar aqui, trabalha aqui. (NTO1)

EFO1, ao ser questionada sobre o que gostaria de futuro para seus filhos, evidencia desejo que a propriedade rural seja gerenciada por eles e ali permaneçam com suas futuras famílias. A justificativa para tanto está no bem-estar da família rural, argumentando que, no meio rural, “a vida é mais fácil”.

Os herdeiros, quando questionados sobre a permanência na propriedade e a forma como percebem as atividades rurais comparadas com as possibilidades que o meio urbano oferece, afirmam que, no meio rural, “algumas atividades são mais cansativas”, mas, como “gostam do que fazem”, sentem-se motivados “por estarem construindo o seu futuro”.

Os mesmos também destacam que a atividade da fumicultura, apesar de ser a principal na propriedade da família, é a mais difícil de operacionalizar. Na opinião de NTO2, a fumicultura exige mais mão de obra e tempo para produção do que outras culturas: “É só meio difícil a lida com o fumo, mas se não... [...] O resto, eu gosto. É bom. Não é sofrido”.

O relato de NTO1 e de NTO2 sugerem que a fumicultura será abandonada quando a terceira geração assumir os negócios da família. As lavouras de soja e milho e bovinocultura leiteira, por sua vez, serão continuadas.

Conforme mostra a Figura 2, as falas dos entrevistados revelam a importância que a propriedade (palavra mais citada) tem para a família rural, assim como o sentido de “hoje trabalhar”, “roçar”, sugerindo ser mais “fácil fazer” se “ficar na cidade”, mas a “terra dos pais” gera leite, soja e representa “uma época” e a “herança” dos pais.

Figura 2 – Nuvem de palavras geradas pelas falas da família Bedin



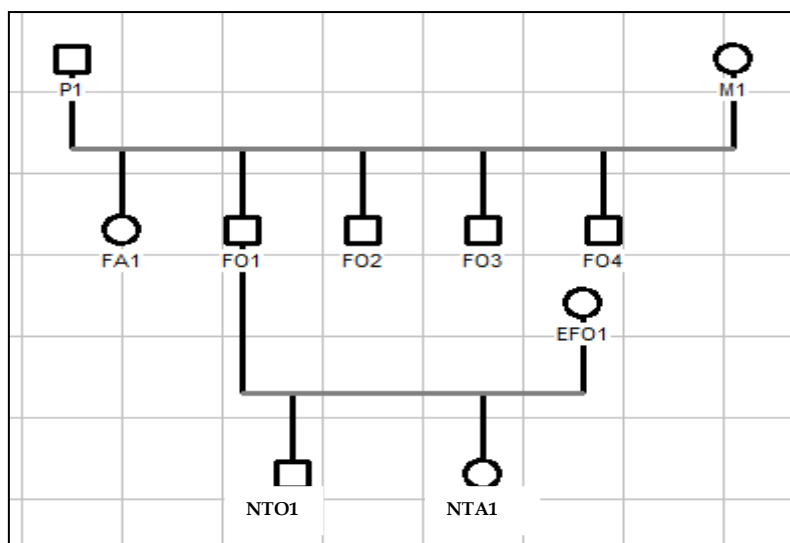
Fonte: Dados da pesquisa gerados pelo Programa R.

#### 4.1.2 Família Rozzatto

A propriedade rural da família Rozzatto é formada por terras recebidas por herança de herança dos pais do atual proprietário (FO1) e por outra parte de terras compradas. FO1 é o filho homem mais velho de uma família formada pelos pais e cinco filhos, sendo quatro homens e uma mulher, cuja estrutura está representada na Figura 3.



Figura 3 – Genetograma da família Rozzatto.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A gestão da propriedade está sob a responsabilidade da segunda geração, enquanto os herdeiros (terceira geração) se preparam para assumir a propriedade e a gestão. Contudo, sua estrutura de propriedade é unifamiliar, ou seja, as terras estão em nome de FO1 e residem na propriedade apenas os membros da sua família: esposa (EFO1), filhos NTO1 e NTA1.

As características que formam o perfil dos membros da família proprietária estão descritas na Tabela 3, os quais são identificados por códigos.

Tabela 3 – Perfil dos sujeitos da pesquisa

Código	Grau de parentesco	Idade, em anos	Estado civil	Escolaridade	Geração
P1	Pai	77	Casado	Ensino fundamental	Primeira
M1	Mãe	78	Casada	Ensino fundamental	Primeira
FO1	Filho	47	Casado	Ensino fundamental	Segunda
EFO1	Nora	45	Casada	Ensino fundamental	Segunda
NTO1	Neto	25	Solteiro	Superior incompleto	Terceira
NTA1	Neta	24	Solteira	Ensino superior	Terceira

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa, 2021.

Após seu casamento, FO1 relata que “fez a casa e veio morar em cima da terra deles. Aí, depois de uns anos, passaram a terra para o meu nome”. Na propriedade dos pais, FO1 ajudava-os nas lavouras de milho e fumo. Hoje, mantém o cultivo do fumo, trocou o cultivo do milho pelo brócolis, por considerar ser mais rentável, e introduziu a lavoura de soja.

Conforme mostra o Quadro 2, a perspectiva dos membros da terceira geração é continuar com as mesmas atividades desde que sejam rentáveis, mas considera a possibilidade de deixar de cultivar o tabaco, por ser a atividade mesmo mecanizada a qual necessita de mais mão de obra.

Quadro 2 – Produtos produzidos pela família Rozzatto, numa perspectiva transgeracional.

ANTES (pai)	DURANTE (filho)	Perspectivas futuras (neto)
Fumo	Fumo	Brócolis
<b>Milho</b>	Soja	Soja
Soja	<b>Brócolis</b>	<b>Fumo</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Todos dizem gostar de trabalhar na propriedade, contudo consideram o trabalho cansativo, mas necessário. O que os mantém proativos é a crença de que podem ter uma vida confortável e estável com as atividades rurais. Então, quando provocados a pensar sobre o futuro da propriedade da família, NTO1 revela que a escolha pelo filho homem mais velho já é uma realidade:

A princípio é pro Junior ficar. Como eu ganhei a faculdade, daí eu vou trabalhar fora. [Eu] vou fazer a vida fora [da propriedade]. A princípio ficaria pro Junior. (NTO1)

A fala de NTO1, além de demonstrar que o processo de escolha do sucessor na gestão da propriedade segue as tradições (filho homem e mais velho), também demonstra a lógica subjetiva que envolve distribuição de patrimônio. Enquanto o filho homem mais velho trabalhava na propriedade rural da família, o filho homem mais novo estudava. Então, a família entende que há direitos adquiridos sobre o patrimônio por parte de quem apenas trabalhou e não apenas estudou. Subentendesse que os estudos de um filho foram pagos com o trabalho de outro e que a forma de devolver é entregar a posse da terra.

A filha mulher (NTA1) diz que ganhou dos pais a faculdade de Engenharia Civil e também entende que o valor gasto para estudar foi gerado pelo trabalho do seu irmão mais velho. Assim, considera justo entregar a ele o patrimônio da família.

Sobre as atividades produtivas e a rentabilidade da propriedade rural da família, NTO1 relata que pretende dar continuidade às atividades já desenvolvidas na propriedade, mas que tal decisão depende da rentabilidade: “Vamos vendo o que dá mais dinheiro. Vamos experimentando. Às vezes pode dar prejuízo, mas vamos tentando”.

O sucessor diz que pôr a propriedade ser pequena e com relevo acidentado essas são as melhores atividades, mas reconhece que se começar a ter prejuízo com essas atividades pode

experimentar outros caminhos. A filha mulher ganhou a faculdade de engenharia civil (os seus pais pagaram a faculdade de engenharia civil) e pretende trabalhar na área assim que conseguir um emprego, relata que não pretende continuar na agricultura já que não é para o que se preparou na faculdade.

As atividades desenvolvidas na propriedade são: soja, fumo e brócolis, são consideradas pelos proprietários as mais adequadas para a propriedade pelo seu tamanho e relevo. Os proprietários também relataram que já trocaram de atividade, inicialmente plantavam milho, mas acabaram abandonando a atividade por não considerarem lucrativas e a cerca de quatro anos passaram a cultivar brócolis por ser mais adequada ao tamanho da propriedade por não necessitar de uma grande área para ser cultivado.

Os pais relataram ter “dado estudo”, faculdade de engenharia civil para a filha onde ela pretende conseguir um emprego, o qual ela relata ser o suficiente para ela ter uma vida boa: “Estudei 7 anos. Não pretendo ficar na roça. Se fosse alguma coisa relacionada, tudo bem, mas não é”, declara NTA1. Assim, os pais passaram a vivenciar um impasse quanto ao futuro da propriedade rural e, em conjunto, incentivam o filho mais velho a assumir o encargo em nome da família, processo assim descrito por NTA1: “A princípio é pro Junior ficar. Como eu ganhei a faculdade, daí eu vou trabalhar fora, vou fazer a vida fora. A princípio ficaria pro Junior”. NTO1, por sua vez, se mostra receptivo a proposta da família ao dizer que: “Gosto de trabalhar na roça e foi milha escolha ficar na propriedade. [...] Eu fiz cinco semestres de Agronomia, o que foi muito útil, mas não quero mais estudar”.

Os entrevistados falam que com as atividades desenvolvidas na propriedade da pra ter uma vida boa:

A que nem ele (Nto1) agora se torna mil vezes mais fácil com todas as máquinas, agente quando caso as máquinas que a gente tinha era uma junta de boi e enxada, nem veneno bem dizes quase não tinha. (FO1)

Hoje em dia todas as atividades são desenvolvidas com máquina tornando a vida bem mais fácil, mas tudo isso também aumentou muito os custos e diminuiu os ganhos: “[..] você não sai fora de casa se for com máquina, ai se torna bem mais fácil, mais ai te sobra menos que é mais gastos. (FO1).

O atual proprietário FO1 diz que hoje em dia a vida na roça está muito mais fácil que quando ele começou, mas os custos estão cada vez maiores e o retorno financeiro menor, mas considera que é possível continuar com as atividades.

NTO1 relata que pretende continuar com as atividades já desenvolvidas por considerar as mais rentáveis para a propriedade, mas não descarta a mudança de atividade se julgar

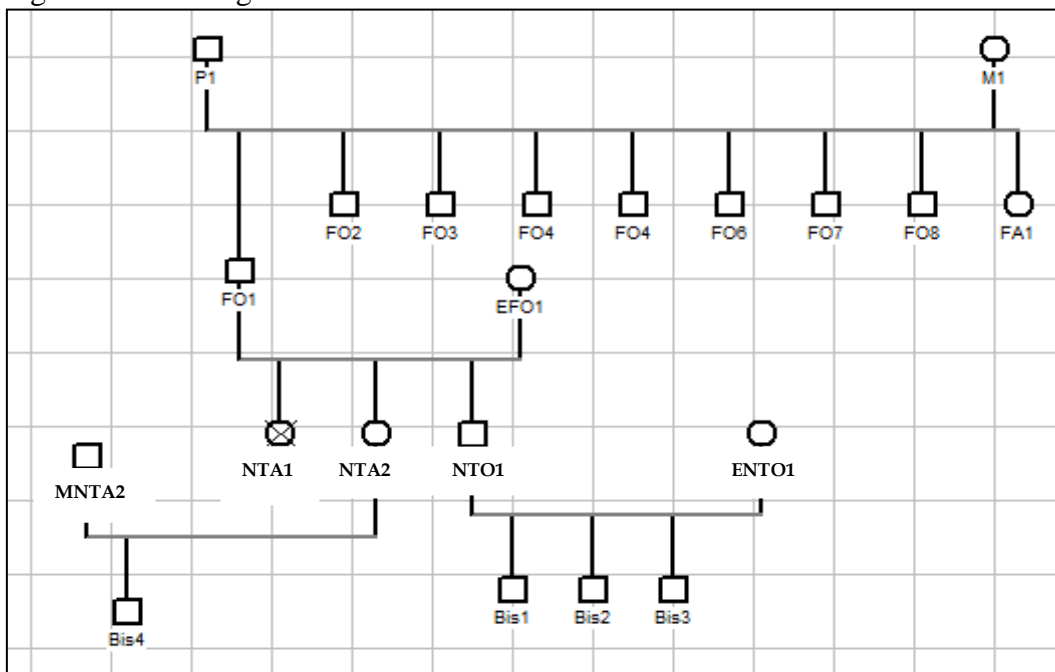
necessário: “vamos vendo o que dá mais dinheiro, vamos experimentando as vezes pode dar prejuízo, mas vamos tentando”. A decisão é contingencial aos custos operacionais e as mudanças climáticas, as quais podem tornar as atividades não rentáveis.

## 4.2 CASOS DE FAMÍLIAS RURAIS COM SUCESSÃO NÃO EFETIVADA

### 4.2.1 Família Canci

A propriedade rural da Família Canci é formada por doze hectares, sendo uma parte recebida por herança dos pais do FO1 (falecido), e outra parte comprada dos seus irmãos, em uma família de nove irmãos sendo oito homens e uma mulher. A gestão encontrava-se sob a responsabilidade de EFO1 após a morte de seu marido FO1, em conjunto com os filhos NTA2 ENTO1, como mostra a Figura 2.

Figura 4 – Genetograma da Família Canci



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A propriedade da família Canci já estava na segunda geração, mas foi vendida no processo de transição para a terceira geração, a família a qual a propriedade pertencia era composta por 5 pessoas, os quais foram identificados por códigos conforme a Tabela 4, os pais (pai já falecido) e 3 filhos (1 filha já falecida).

Tabela 4 – Perfil dos membros da família Canci

<b>Código</b>	<b>Grau de parentesco</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado civil</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Geração</b>
P1	Pai	Falecido	Casado	-	Primeira geração
M1	Mãe	Falecida	Casada	-	Primeira geração
FO1	Filho	Falecido	Casado	Ensino fundamental	Segunda geração
EFO1	Nora	65	Casada	Ensino fundamental	Segunda geração
NTA1	Neta	Falecida	-	Superior	Terceira geração
NTA2	Neta	40	Casada	pós-graduação	Terceira geração
NTO1	Neto	38	Casado	pós-graduação	Terceira geração

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa, 2021.

O antigo proprietário (FO1) recebeu uma parte maior da propriedade do que seus irmãos por ficar como responsável de cuidar de seus pais na velhice, chegando a um total de 18 hectares. “O pai tinha ficado pra cuidar os pais dele, dos avós tinha ficado com uma parte até um pouco maior que os outros pra ficar cuidando. (NTO1)

O motivo que levou o a segunda geração a assumir a propriedade foi por ser o responsável por cuidar dos pais “tinha ficado para cuidar os pais dele”, tendo direito a uma parte maior da propriedade que os demais irmãos.

A propriedade da família já foi vendida, a venda foi motivada por diversos fatores como problemas de saúde e falecimento do proprietário e como os filhos já possuíam outros empregos na cidade, resolveram que não dariam continuidade aos negócios da família:

[...] Entro essas doenças, o falecido faleceu e eu tive câncer e não podia mais ficar no sol daí no fim deixamos. (EFO1)

É que verdade agente não tinha muita condição, como a área era pouca e naquele tempo não se tinha acesso a maquinário, era trabalho mais braçal naquela época, e ai agente não tinha muita perspectiva de crescer financeiramente... (NTO1)

No decorrer de sua história os proprietários enfrentaram alguns problemas de saúde e para tratamento tiveram que vender parte da propriedade mantendo os 12 hectares originais. Com a morte do proprietário (FO1), os filhos (NTA2, NTO1) que já trabalhavam na cidade voltaram a morar na propriedade para ficar junto com a mãe (EFO1), mas continuaram trabalhando nos seus empregos, não havendo mais quem continuasse com os negócios da familiar a propriedade foi arrendada por um período de 15 anos e após isso os filhos levaram a mãe para morar na cidade e venderam a propriedade.

A propriedade em seu auge chegou a ter 18 hectares onde se plantava milho, soja, fumo, trigo, feijão, arroz e se criava gado leiteiro, algumas dessas atividades eram de subsistência:

O arroz eles trabalhavam mais para o consumo, plantavam mesmo só mais pra o que consumiam durante o ano em casa, então foi acabando meio deixando de lado que aqui a pouco foi começado comprado feito já pronto, a mesma coisa o feijão. (NTO1)

Com o passar do tempo com pouca mão de obra disponível na propriedade foram abandonadas as atividades mais braçais e que eram apenas para o consumo da família como a produção de trigo, feijão e arroz.

A senhora EFO1 antiga proprietária relatou que gostava muito de trabalhar e morar na propriedade e só saiu da propriedade por problemas de saúde:

Eu gostava, mas depois entro essas doenças, o falecido faleceu e eu tive câncer e não podia mais ficar no sol daí no fim deixamos. (EFO1)

Mas eu, se tava tudo bem eu tava lá. (EPO1)

Como não podia mais trabalhar no sol em virtude de um câncer, seu marido já ter falecido e seus filhos trabalhando na cidade, não poderia mais dar continuidade aos negócios e ainda fala que se não fosse pelo ocorrido ela ainda estaria trabalhando em sua propriedade.

Já os filhos relatam terem saído cedo da propriedade para estudar e trabalhar na cidade, ambos trabalharam na propriedade até os 15 anos, após isso continuaram a ajudar seus pais quando voltavam pra casa nos finais de semana e durante as férias, mas não trabalharam mais efetivamente na propriedade, ao serem questionados se gostavam de trabalhar na propriedade:

A eu gostava, tanto é que quando eu voltei que meu pai faleceu a gente continuou morando lá mais uns 5 anos... (NTO1)

Eu sempre gostei de morar, até a pouco que nós tinha a propriedade eu ia nós final de semana pra limpa pra deixar organizado. (NTO1)

Os filhos falam que mesmo após a propriedade ser arrendada permaneceram morando lá por um tempo e mesmo quando se mudaram para a cidade, durante os finais de semana eles iam até a propriedade para cuidar da casa e passear.

A propriedade não pertence mais a família, após o falecimento do proprietário sua esposa não teve mais condições de dar continuidade aos negócios. Os filhos por já estarem com carreira formada na cidade, e como eles relataram:

A gente não tinha muita condição, como a área era pouca e naquele tempo não se tinha acesso a maquinário, era trabalho mais braçal naquela época, e ai agente não tinha muita perspectiva de crescer financeiramente vamos dizer assim. (NTO1)

A propriedade era pequena e o trabalho era muito braçal, eles não tinham máquinas para trabalhar e nem dinheiro para investir, então resolveram não voltar trabalhar e arrendar a propriedade, após quase 15 anos acabaram vendendo a propriedade.

Ao serem questionados sobre o assunto os filhos falaram que pôr a propriedade ser pequena isso foi um empecilho para sua continuidade na época da morte de seu pai:

É que verdade agente não tinha muita condição, como a área era pouca e naquele tempo não se tinha acesso a maquinário, era trabalho mais braçal naquela época, e ai agente não tinha muita perspectiva de crescer financeiramente vamos dizer assim, na lavoura, como naquela época era mais sofrido vamos dizer assim, não se tinha condição de comprar uma máquina, enfim, investir na lavoura, agente decidiu ir trabalhar mais na cidade com carteira assinada. (NTO1)

Por não verem na propriedade a possibilidade de crescimento financeiro, acabaram por não investir em sua continuidade, e continuar nos seus empregos na cidade o qual consideravam mais certo e menos arriscado, preferindo a estabilidade.

A antiga proprietária diz que sempre apoiou os filhos em suas decisões, não falando o que deveriam fazer, mas deixando livres para fazer suas próprias escolhas:

Eles decidiram ai agente concordo que experimentassem, vai que acontece... eu tinha a falecida Daniele também, aquela que se afogou que caio no rio, ela era professora já ela dizia mãe deixa eles estuda, deixa eles estuda, daí a gente nunca quis atrapalhar. (EFO1)

Mas por influência de sua filha (NTA1, hoje já falecida) incentivou eles a estudar e só após decidirem o que queriam continuar na propriedade da família. A figura 5 representa os pontos e palavras mais referidos na conversa com os entrevistados e sua relação com o tema proposto ligado com o perfil trabalho/teoria analisado no estudo.

Figura 5 – Nuvem de palavras geradas pelas falas da família Canci



Fonte: Dados da pesquisa gerado pelo Programa R.

Os entrevistados relatam que na época do falecimento de seu pai consideraram que as atividades desenvolvidas na propriedade não eram rentáveis por seu tamanho e se continuassem na mesma não teriam um evolução financeira, mas hoje com uma visão empreendedora reconhecem que seria possível continuar com a propriedade se tivessem mudado suas atividades:

É hoje a gente vê um monte de gurizada que aqui a pouco não tem tanta lavoura, não tem tanta propriedade e prefere ficar mesmo, investe em plantio de fumo, investe em aviário, que não precisa muita área de terra, investem em vaca de leite, a gente baste gurizada que não tem tanta propriedade e ta ficando investindo em moranguinho e outras coisas que lucram mesmo com outras coisas que lucram mesmo com pouca área de terra. (NTO1)

Relatam que com uma visão mais madura e empreendedora hoje conseguem ver que seria sim possível dar continuidade a mesma e ter retorno em suas atividades.

Como os mesmos relataram, hoje com um pensamento mais maduro e uma visão empreendedora poderiam ter mudado de atividades, como abandonar o plantio de soja e milho, os quais necessitam de uma grande área e maquinário para se tornar viável e investir em atividades que são rentáveis e não necessitam de muita terra cultivável, como plantação de moranguinhos ou aviários.

#### **4.2.2 Família Dalla Corte**

A propriedade foi recebida de herança dos pais do atual proprietário:

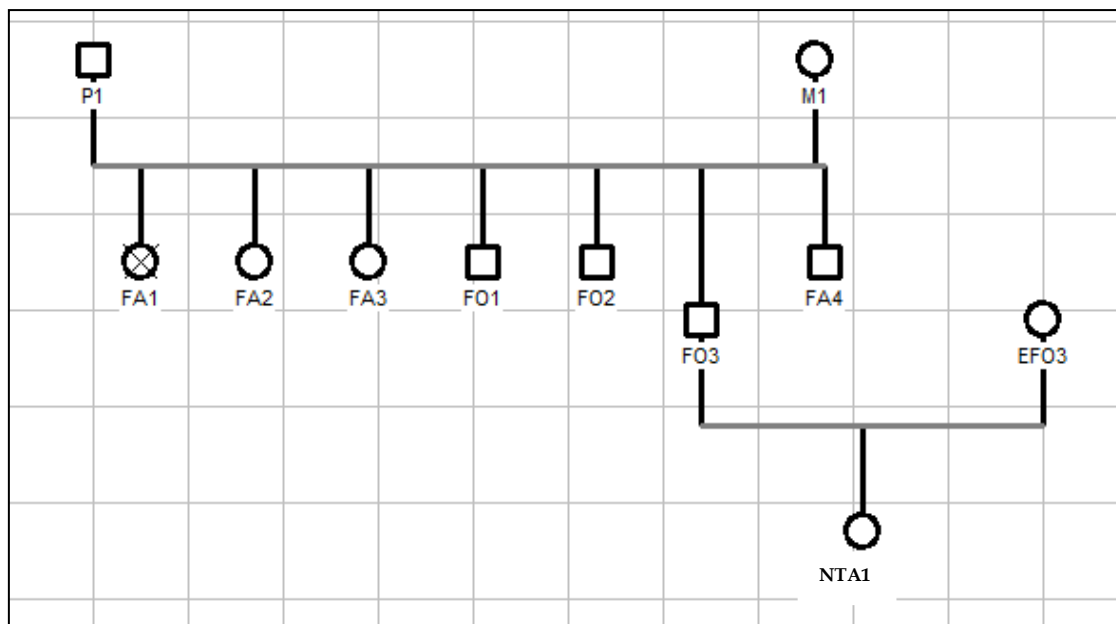
Na propriedade do meu avô foi dividida entre dois irmãos que ficaram, o meu tio que faz divisa com as terras e o pai que ficou com uma parte, foi dividida as terras. (NTA1)

Éramos em sete irmãos, mas uma já é falecida, os outros já foram embora e não quiser mais nada, então o falecido pais falou: - passa prá esses dois últimos e pronto! (FO3)

A família dos pais do FO3 teve 7 filhos (uma já falecida) cuja estrutura está representada na Figura 6, dos quais 4 se mudaram para cidades vizinhas para trabalhar, o entrevistado e um irmão ficaram e dividiram a propriedade.



Figura 6 – Genetograma da Família Dalla Corte.



Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Atualmente a propriedade da família Dalla Corte está na segunda geração, mas possivelmente não deve passar para a terceira geração. A família atualmente na propriedade é composta por 3 pessoas as quais foram identificadas por códigos conforme descritas na tabela 5, sendo os pais e uma filha, a filha já não reside na propriedade e trabalha na cidade.

Tabela 5 – Perfil dos membros da família Dalla Corte

Código	Grau de parentesco	Idade	Estado civil	Escolaridade	Geração
P1	Pai	Falecido	Casado	-	Primeira geração
M1	Mãe	Falecida	Casada	-	Primeira geração
FO3	Filho	56	Casado	Ensino fundamental	Segunda geração
EFO3	Nora	60	Casada	Ensino fundamental	Segunda geração
NTA1	Neta	26	Solteira	Pós-graduação em andamento	Terceira geração

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa, 2021.

Atualmente na propriedade as atividades produtivas principais são lavoura de soja (“cerca de 9 hectares”), lavoura milho para silagem (6 hectares) e pecuária leiteira. Até então, também era cultivado fumo, cultura que, segundo FO3, era a mais adequada pelo tamanho da propriedade. Contudo, em razão da sua esposa (EFO3) sofrer de intoxicação pelo tabaco e da sua idade (50 anos), FO3 não se sente seguro em trabalhar no galpão e a atividade foi abandonada:

O fumo... Agora estamos só eu e a mulher e uma que precisa de gente mais nova para ir em cima de galpão... E pensei assim: - você vai em cima do galpão. Você cai de lá. Prá se machucar é dois toque. [...]Faz uns dois anos que nós paramos de planta fumo. Agora nós temos só eu e a mulher e nós estamos só atrás das vacas. Temos umas 15 ou 20 vacas e novilhas. (FO3)

Em substituição à fumicultura, a família Dalla Corte realizou investimentos na pecuária leiteira, a qual é considerada boa pelos proprietários por não demandar muita área de terra. Como o casal de proprietários ficou sozinho com a saída de casa da filha NTA1, foi abandonada a cultura do tabaco investindo em vacas de leite, atividade considerada mais adequada à atual realidade da propriedade exigindo menos esforço físico.

Todos falam gostar de trabalhar na propriedade, o proprietário FO3 relata que já foi bem mais difícil trabalhar na propriedade antigamente não se tinha máquinas o serviço era manual e com ajuda de enxada e juntas de bois, de acordo com o mesmo hoje a vida na roça é bem mais fácil, mas está sobrando cada vez menos. Apesar de ser cansativo os proprietários dizem não terem alternativas:

Nós gostamos, vai ter que gostar porque o cara que não tem muito estudo vai na cidade pra fazer o que? Se é pra ir lá por um salário nós ficamos aqui pelo menos nós sobramos um salário aqui, tu não é mandado! Você vai na hora que tu quer! É teu! (FO3)

Tem que fazer, mas afinal eu gosto da roça, e depois nós aqui é tudo ao redor da casa, eu até disse para a NTA1, até que eu posso ficar na roça eu vou ficar na roça, e depois que eu não posso mais que ver que eu não tenho mais condições de ficar ai vai, porque você tem o porco tu tem a galinha tu tem a vaca e tu tem tudo e la tu sabe que lá ninguém vai te dar de graça tem que comprar na cidade. (FO1)

De acordo com a fala do proprietário FO3 quem não tem estudo ir para cidade é muito mais difícil que na colônia onde podem ter uma renda maior e menos custos, além de trabalhar ao ar livre pode fazer esquecer dos problemas e se prazeroso:

É que você sai pra fora, se desestressa, ajunta uma pedra, vai colocá na conchinha... Se distrai um pouco! Se o cara fica só na cozinha, o cara cria minhoca na cabeça. Então o cara vai lá prá fora, já se esquece dos problemas. Claro que não é fácil, mas tem que ir levando. (FO1)

A vida na roça também pode ser muito boa, sendo melhor muitas vezes que a vida na cidade. Os proprietários relatam que pretendem ficar na propriedade até que conseguirem trabalhar após isso vão passar a propriedade para sua filha NTA1 onde ela pode decidir o que fazer com ela:

A minha ideia é ficar aqui até que eu posso. (FO3)

Eu acho que com o tempo eu vou passar pra ela (Nta1), afinal até eu to vivo eu que mando, depois ela que sabe, se ela acha que o serviço dela ta bom e ela quer vender ou quer arrendar as terras alguma coisa ela que pensa. (FO3)

Eu acho que nunca vender as terras. (EFO3)

A mãe (EFO3) não quer que sua filha venda as terras, por entender que muito trabalho foi realizado para “aprontar as terras como está hoje”. Contudo, a filha NTA1 não está na propriedade há cerca de 5 anos, quando migrou para a cidade para estudar e trabalhar, e não pretende retornar.

A filha NTA1, ao ser questionada sobre seu interesse em assumir a gestão da propriedade rural da família, afirma não ter intenção em vender a parte da terra que lhe cabe por herança: “Não quero vender. Provavelmente vou pagar para alguém plantar e colher, respeitando a vontade da mãe de não vender a propriedade”. Contudo, isso implica em repensar as atividades produtivas, especialmente a atividade principal (pecuária leiteira), a qual afirma não gostar: : “Mas vaca de leite eu odeio. Já mais que eu tiraria leite”. Por essa razão, NTA1 pretende manter o cultivo de soja, mas não quer voltar a trabalhar na propriedade

EFO3 relata que quando sua filha (NTA1) decidiu migrar para estudar, foi contra. Seu desejo era de que a filha permanecesse com os pais no meio rural, mas foi convencida pela filha NTA1 de que estudar e morar no meio urbano seria o melhor para o seu futuro. Assim, os pais (FO3, EFO3) apoiaram a filha (NTA1). No entanto, eles mantêm uma concepção de bem-estar muito clara em favor do meio rural:

O cara que não tem muito estudo. Vai na cidade prá fazê o que? Se é pra ir lá por um salário, nós ficamos aqui. Pelo menos nós sobramos um salário. Aqui tu não és mandado. Você vai na hora que tu queres. É teu! (FO3)

Sim, dá pra viver bem. Bem/bem não, mas dá prá viver normalmente se você olha pra traz, tem gente pior que nós. Se o cara tem 14 ou 15 hectares de terra e aproveitar bem... Eu, o ano passado, eu sempre coloco calcário a terra e arrumo as terras pra ver se sobra uns cinco sacos a mais de soja por hectare. Ai já sobra um dinheiro a mais. (FO3)

Um dos fatores limitantes para decidir não migrar para a cidade é o baixo grau de instrução, que impede para manter a qualidade de vida que ostentam na propriedade rural. FO3, em seu relato, estabelece uma relação de valor monetário entre salário no meio urbano e o assujeitamento na condição de empregado ao bem-estar no meio rural proporcionado pela sua liberdade de ação, a qual pode ser traduzida em empoderamento. O desafio, no entanto, para ter qualidade de vida e renda na propriedade, é saber aproveitar a terra que dispõe.

Outro ponto que aparece no relato da herdeira (NTA1), a qual migrou há 5 anos para estudar e trabalhar na cidade, é a realização pessoal. Por essa razão, não pretende voltar à propriedade rural dos pais, mas admiti dar continuidade às atividades rurais por meio de contratação de terceiros no futuro:

A minha ideia é até que o pai consegue tocar. Perfeito! Ele planta, depois um dia que ele não consegue manter as terras e continuar plantando, pegar alguém para plantar e colher, mas não alugar. Eu pegar alguém para plantar e colher, que nem o pai ta

fazendo, mas continuar com a terra. [...] Não, morar não, voltar pra eu continuar as atividades não. (NTA1)

Contudo, NTA1 declara, por um lado, o desejo de seguir com o mesmo objetivo de realização pessoal extinguindo a atividade produtiva leiteira. E, por outro lado, mantendo a lavoura de soja. Associado a tais interesses pessoais está o desejo da mãe, de manter a terra sob a propriedade e gestão da família. Assim, a mãe impôs uma condição à filha, que é a de não vender as terras da família.

#### 4.3 SÍNTESE DOS CASOS ESTUDADOS

A Tabela 6 apresenta uma síntese dos casos estudados, destacando as características das duas propriedades rurais com sucessão familiar comparativamente as outras duas propriedades sem sucessão.

Tabela 6 – Principais características das propriedades.

Características das propriedades	Com sucessão		Sem sucessão	
	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4
Grau de instrução dos herdeiros.	Ensino Médio	Ensino Médio	Pós-graduação	Pós-graduação
Tamanho da propriedade.	14 hectares	20 hectares	12 hectares	15 hectares
Atividade.	Fumo, soja e leite	Fumo, soja e brócolis	Soja, milho	Soja, milho e leite
Incentivo dos pais.	Para os filhos permanecerem na propriedade	Para os filhos permanecerem na propriedade	Para os filhos fazerem o que julgassem melhor	Para os filhos fazerem o que julgassem melhor
Inovações e melhorias produtivas	Investimentos em bovinos de leite	Investimento em produção de brócolis	Sem inovação	Sem inovação

Fonte: elaboração do autor a partir dos dados da pesquisa, 2021.

Quanto aos aspectos estruturais e produtivos, foram observadas algumas características comuns. O tamanho médio das propriedades investigadas é 15,25 hectares. A cultura da soja é a atividade produtiva presente em todas elas, sendo a fumi-cultura a cultura comum entre as propriedades rurais em que a sucessão foi efetivada e o milho é a cultura presente naquelas nas propriedades rurais onde a sucessão não ocorreu.

Quanto ao envolvimento dos pais na decisão dos filhos, os dados indicam que a sucessão familiar rural ocorre quando há maior envolvimento dos pais na orientação daquilo que desejam que seja realizado com as suas terras. Nas duas propriedades rurais que não

tiveram sucessão familiar, os pais deixaram seus filhos livres para decidirem sobre o seu futuro e suas profissões vinculadas ou não ao meio rural e, o resultado foi a não sucessão.

Um dado muito ilustrativo e que pode ser considerado determinante na efetividade da sucessão é o grau de instrução. Nas propriedades rurais onde os herdeiros tem menor grau de instrução (ensino médio), a sucessão foi efetivada e há implementação de práticas para gerar inovação e/ou melhorias nos processos produtivos. Ao contrário, naquelas propriedades rurais onde os herdeiros têm maior grau de instrução (pós-graduação), a sucessão não foi efetivada e está relacionada à falta de interesse em introduzir inovações ou promover melhorias no processo produtivo, as quais poderiam ser realizadas mesmo que fosse para vender as terras. Sendo assim, preliminarmente é possível fazer algumas afirmações sobre os fatores que podem ser responsáveis pela sucessão familiar nas propriedades rurais estudadas. Fatores como o grau de instrução dos herdeiros, o tamanho das propriedades, as atividades produtivas desenvolvidas e o incentivo dos pais para os filhos definirem suas carreiras/profissões influenciam positivamente na sucessão familiar rural. Quando existe o desejo de continuidade da propriedade pelos seus herdeiros, um fator importante identificado pode ser a inovação nas atividades produtivas com o intuito de manter a propriedade produtiva e rentável, tornando assim a sua continuidade viável para as próximas gerações.

## 5 DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesta seção são apresentados os resultados do estudo obtidos através das entrevistas com as famílias rurais, são descritas as estruturas das propriedades estudadas, os membros da família o que cada um faz, e as atividades econômicas das propriedades. Também é descrito em qual estágio de sucessão cada propriedade se encontra, se já ocorreu a sucessão, se está passando pelo processo de planejamento sucessório ou está em um processo pós-sucessão onde os herdeiros já a assumiram ou venderam a propriedade. Também são apresentados os fatores que podem ou não influenciar no processo de sucessão familiar.

### 5.1 ESTRUTURA DA PROPRIEDADE E DA FAMÍLIA RURAL

Das famílias que participaram das entrevistas a primeira foi a família Bedin, a família é composta por cinco pessoas e sua propriedade já se encontra na segunda geração. A propriedade foi herdada pelo FO1 de seus pais, por ser o filho homem mais velho, na propriedade são cultivados fumo, soja e criado gado leiteiro. Na propriedade vivem FO1 sua esposa e seus dois filhos homens, a filha mais velha já se casou e não vive mais na propriedade.

De acordo com Almeida (2008), a Família Bedin é uma família nuclear formada por pais e filhos. Com traços antropológicos de valorização à herança patrimonial e cultural, a transmissão do patrimônio segue sendo realizada por meio da segregação de gênero, como explica (CARVALHO 2007).

A segunda família entrevista foi a família Rozzatto onde também se encontra na segunda geração e é composta por quatro pessoas. A propriedade foi herdada pelo FO1 após seu casamento onde construiu sua casa nas terras pertencentes aos seus pais, na propriedade inicialmente era cultivado milho, soja e fumo, mas atualmente foi abandonado o cultivo de milho por ser considerando pouco rentável e em seu lugar passou-se a produzir-se brócolis, atividade que segundo o herdeiro NTO1 é mais adequada a propriedade por necessitar pouca área para o cultivo. Na propriedade vivem o FO1 sua esposa e seus dois filhos.

De acordo com Potrich e Grzybovski (2017), os agricultores familiares por muitas vezes, tem limitações como agente de transformação e capacidade de mudança, mesmo quando tenham muito potencial para a inovação e capacidade empreendedora, como quando é apresentado neste caso, onde uma cultura não era mais rentável, e então é apresentada uma nova cultura que de acordo com os entrevistados se adapta perfeitamente ao perfil da

propriedade e só surgiu como alternativa quando a cultura anterior chegou a um ponto de não ser mais rentável.

A terceira entrevista realizada foi com a família Canci, a propriedade da família já foi vendida, a família era composta por cinco pessoas quando ainda tinham a propriedade. A propriedade como as anteriores estudadas também foi herdada dos pais do FO1 o qual era o filho mais velho, mas o FO1 também foi beneficiado em relação aos seus irmãos por ficar como responsável de cuidar de seus pais na velhice, a propriedade em seu auge era produtora milho e soja. Na propriedade viviam FO1 sua esposa e seus três filhos, após a morte do proprietário (FO1) e uma de suas filhas, seus outros dois filhos foram morar na cidade para trabalhar e levaram sua mãe (EFO1) para morar com eles, arrendando a propriedade e após algum tempo venderam a mesma.

De acordo com Wanderley (1999), por muitas vezes um dos herdeiros fica como responsáveis para cuidar dos pais na velhice em troca disso recebem como recompensa uma parte maior da herança. Como aconteceu na propriedade da família Canci, acontece em muitas outras, os jovens saem da propriedade dos pais para estudar e trabalhar na cidade e após a morte dos pais acabam por não retornar mais a propriedades dos pais, essa migração campo-cidade acaba por gerar um grande problema de êxodo rural (ZAGO, 2016).

A última entrevista aconteceu com a família Dalla Corte, também na segunda geração, a família é composta por três pessoas. A propriedade foi herdada pelo FO3 de seus pais onde passou a cultivar soja, milho e fumo, mas com o passar do tempo o proprietário percebeu que sua filha não iria ficar na propriedade e como considerava o cultivo do fumo muito desgastante e perigoso (trabalho realizado em altura nos galpões) abandonou o cultivo do tabaco e passou a criar gado leiteiro. Na propriedade hoje vivem apenas FO3 e sua esposa, sua filha trabalha na cidade e já não auxilia seus pais nas atividades da propriedade.

Apoiando-se em Zago (2016) é possível compreender as particularidades que ocorrem na família Dalla Corte. Trata-se de uma migração seletiva, com público mais jovem e feminino migrando para a cidade nas últimas décadas, masculinizando e envelhecendo o meio rural. Os jovens rurais, em especial do gênero feminino, migram para os centros urbanos para estudar e trabalhar, mas não mais retornam à propriedade rural de sua família nuclear.

## 5.2 ESTÁGIO DO PROCESSO SUCESSÓRIO

As propriedades estudadas encontram-se em diferentes estágios sucessórios, as duas onde irá ocorrer a sucessão, o processo sucessório já está em andamento, os pais ainda então

no controle das propriedades, mas os herdeiros já estão auxiliando seus pais na gestão das propriedades e assumindo as responsabilidades para no futuro assumir totalmente a gestão. Na propriedade da família Bedin os dois filhos homens pretendem continuar na propriedade, onde devem dar continuidade as atividades já desenvolvidas pelos pais, futuramente se possível também gostariam de deixar de cultivar o fumo, atividade que consideram mais desgastante. Já na família Rossatto o filho mais velho foi o escolhido pela família para dar continuidade à propriedade da família onde pretende prosseguir com as atividades já desenvolvidas na propriedade; fumo, soja e o cultivo de brócolis, esse última sendo uma inovação que segundo o herdeiro sucessor é a mais adequada para o tamanho da propriedade e tipo de solo.

Como afirma Gonçalves (2000), sucessão familiar configura-se como um processo de passagem de poder de decisão e de patrimônio do proprietário ao seu filho/herdeiro, as famílias Bedin e Rossatto, estão justamente neste processo de transição de patrimônio e poder. Como disserta Mello (2003), a escolha de um membro da família para sucessor na gestão da propriedade requer planejamento do processo e preparação do herdeiro, nas famílias estudadas os herdeiros sucessores já foram escolhidos e já estão participando nas decisões da propriedade, essa escolha deve ser muito bem planejada e analisada, para que os membros escolhidos realmente possam dar continuidade aos negócios da família (CNA, 2018).

Nas demais propriedades onde não teve sucessão, cada uma se encontra em um diferente estágio de sucessão. A propriedade da família Canci já não ocorreu a sucessão, a propriedade já foi vendida, após a morte do proprietário sua esposa já não tinha condições de dar continuidade aos trabalhos da propriedade, e como os filhos já moravam na cidade e tinha suas vidas e emprego optaram por levar mãe para morar com eles e arrendar a propriedade, posteriormente acabaram por vender a mesma. Na propriedade rural da família Dalla Corte, a única herdeira, do gênero feminino, também realizou a migração seletiva descrita por Zago (2016), sem interesse em retornar ao meio rural.

Ferrari et al. (2004) destaca que maior instrução formal implica migração do jovem rural, no entendimento de Zago (2016), o jovem rural que vivencia o mundo urbano percebe um horizonte de experiências e de possibilidades quanto a profissões e carreiras, nas famílias estudadas, onde não haverá sucessão, os jovens saíram das propriedades para estudar e trabalhar na cidade e optaram por não retornar a propriedade dos pais. Essa migração dos jovens para a cidade causa o grande problema do êxodo rural, causando uma transformação social no campo, para evitar isso é necessário políticas públicas para modernização produtiva e modelo de desenvolvimento para tentar reter os jovens no campo (CASTRO, 2019).



### 5.3 FATORES DETERMINANTES PARA SUCESSÃO FAMILIAR

Um dos fatores que podem dificultar a continuidade das propriedades e foi encontrado em todas as entrevistas foi o tamanho da propriedade. As propriedades estudadas são propriedades familiares e de pequeno porte, o pequeno porte foi o motivo apresentado por todos os proprietários como sendo um dos fatores que podem ser responsáveis pela não continuidade dos filhos na agricultura, segundo os proprietários entrevistados a baixa quantidade de terras na propriedade dificulta a implementação de culturas mais mecanizadas e mais rentáveis. De acordo com a fala dos entrevistados, para tornar as propriedades rentáveis muitas vezes existe a necessidade de produzir culturas menos mecanizadas e que necessitam de menor área para seu cultivo, mas que também são mais trabalhosas e muitas vezes acabam por inviabilizar a propriedade por falta de mão de obra ou baixa rentabilidade.

As pequenas propriedades durante muito tempo exerciam apenas atividades de subsistência, produzindo alimentos e mantimentos para a família proprietária (ABRAMOVAY et al., 1998). Hein e Silva (2019) apontam um conjunto de motivos para o abandono das propriedades rurais pelos produtores, além da carência de capital humano, outro fator é a dificuldade ao acesso à terra e falta de dinheiro para comprar uma área maior. Mas essas propriedades mesmo com o tamanho reduzido podem ser modernizadas, e com a mão de obra da família e com inovação e tecnologia podem agregar valor a produção, por exemplo, com agroindústrias (VEIGA, 2001; ZAAR, 2011).

Uma observação constatada através das entrevistas foi que nas propriedades onde ocorreu ou possivelmente vai ocorrer a sucessão familiar o grau de instrução dos herdeiros é menor do que nas propriedades onde não vai ocorrer a sucessão. Um dos possíveis motivos é que os jovens que saem da propriedade veem uma maior necessidade de se especializar para conseguir um emprego na cidade ou talvez por terem um maior grau de instrução acabam abandonando as atividades mais braçais das pequenas propriedades, para conseguir emprego na sua área de estudo na cidade, Ferrari et al. (2004) constatou que um maior grau de instrução formal implica migração do jovem rural, o jovem rural ao perceber o mundo urbano um horizonte muito grande de experiências e de possibilidades quanto a profissões e carreiras.

Já, entre os jovens que optaram por dar continuidade as atividades rurais, possuem menor nível de escolaridade em relação as que resolveram não continuar nas propriedades da família, por acreditarem não precisar o estudo formal para ter a profissão de agricultor, como fala dos sucessores nas entrevistas, alguns jovens optam por não cursar ensino superior e

permanecer no meio rural. Pensamento possivelmente errôneo, talvez maior conhecimento sobre as atividades da propriedade possa auxiliar em viabilizar a propriedade e também por proporcionar uma maior visão de mundo ou atividades mais adequadas para a propriedade, levar em conta as transformações sociais, assim como as políticas públicas para modernização produtiva e modelo de desenvolvimento (CASTRO, 2019).

O incentivo dos pais pode ser um fator importante na hora da decisão de ficar ou não na agricultura. Nas propriedades estudadas, em dois casos em que ocorre sucessão, os pais relataram o desejo pela permanência dos filhos nas propriedades, esses também relataram sempre receberem o incentivo de darem continuidade a propriedade da família, desde criança acompanhando os pais nas atividades agrícolas, Spanevello *et al.* (2010) evidencia que a relação positiva a tomada de decisão dos filhos em suceder também está diretamente relacionada ao incentivo/estímulo dos pais.

Nas propriedades onde não haverá sucessão também foi constatado o desejo dos pais para continuidade da propriedade, para que não fossem vendidas as terras da família, mas nesses casos quando os pais perceberam que o desejo dos filhos de seguirem outro caminho e não dá continuidade na agricultura apoiam os filhos na nova jornada, Spanevello *et al.* (2010) afirma que a tomada de decisão dos filhos também está relacionada à ausência de incentivo e estímulo dos pais, quando estes já não veem a agricultura como uma boa alternativa e futuro para os filhos.

Em uma pequena propriedade rural, muitas vezes com relevo acidentado as atividade das propriedades é fator importante para a sua viabilidade ou não. Nas propriedades estudadas constatou-se através dos relatos de seus proprietários que são todas propriedades de pequeno porte e com relevo acidentado, dificultando a mecanização das atividades e por serem pequenas também acaba por inviabilizar atividades que demandam grandes áreas, como no cultivo de soja questões acerca da sucessão desse tipo de atividade é paralela a uma série de transformações que impactam direta e indiretamente na gestão da propriedade rural, com reflexos na modernização tecnológica do processo produtivo das diferentes atividades rurais (CARVALHO, 2007).

Nessas pequenas propriedades, em busca de uma renda maior os produtores acabam migrando para atividades mais manuais que demandam mais mão de obra, mas por outro lado se necessita de uma área menor para o seu cultivo como as lavouras de tabaco e criação de gado leiteiro. Potrich e Grzybovski (2017) relatam que os agricultores familiares por muitas vezes, tem limitações como agente de transformação e capacidade de mudança, pois constroem uma relação com o trabalho almejando a renda familiar, embora, tenham muito

potencial para a inovação e capacidade empreendedora, onde poderiam usar isso como uma estratégia de sustentabilidade das pequenas propriedades rurais.

De acordo com os relatos obtidos pelas entrevistas as pequenas propriedades pertencentes aos entrevistados acabam por enfrentar dificuldades por seu porte e não conseguem produzir em escala, os produtores falaram que poderiam ter mais facilidade se tivessem mais terras disponíveis para a produção, por não terem acabam migrando sua produção para culturas menos mecanizadas que necessitam de mais mão de obra.

Essas atividades por serem mais “braçais”, acabam por ser um dos fatores que afastam os jovens das propriedades, mas como foi apresentado pelos entrevistados é possível através da inovação, investir em novas atividades onde é possível ter uma alta rentabilidade mesmo em pequenas áreas, como no cultivo de moranguinhos e brócolis ou na criação de aves em aviários, a inovação tecnológica nas pequenas propriedades rurais familiares pode ser um fator de atratividade e de estímulo para o jovem rural suceder seus pais na gestão da propriedade (HEIN; SILVA, 2019).

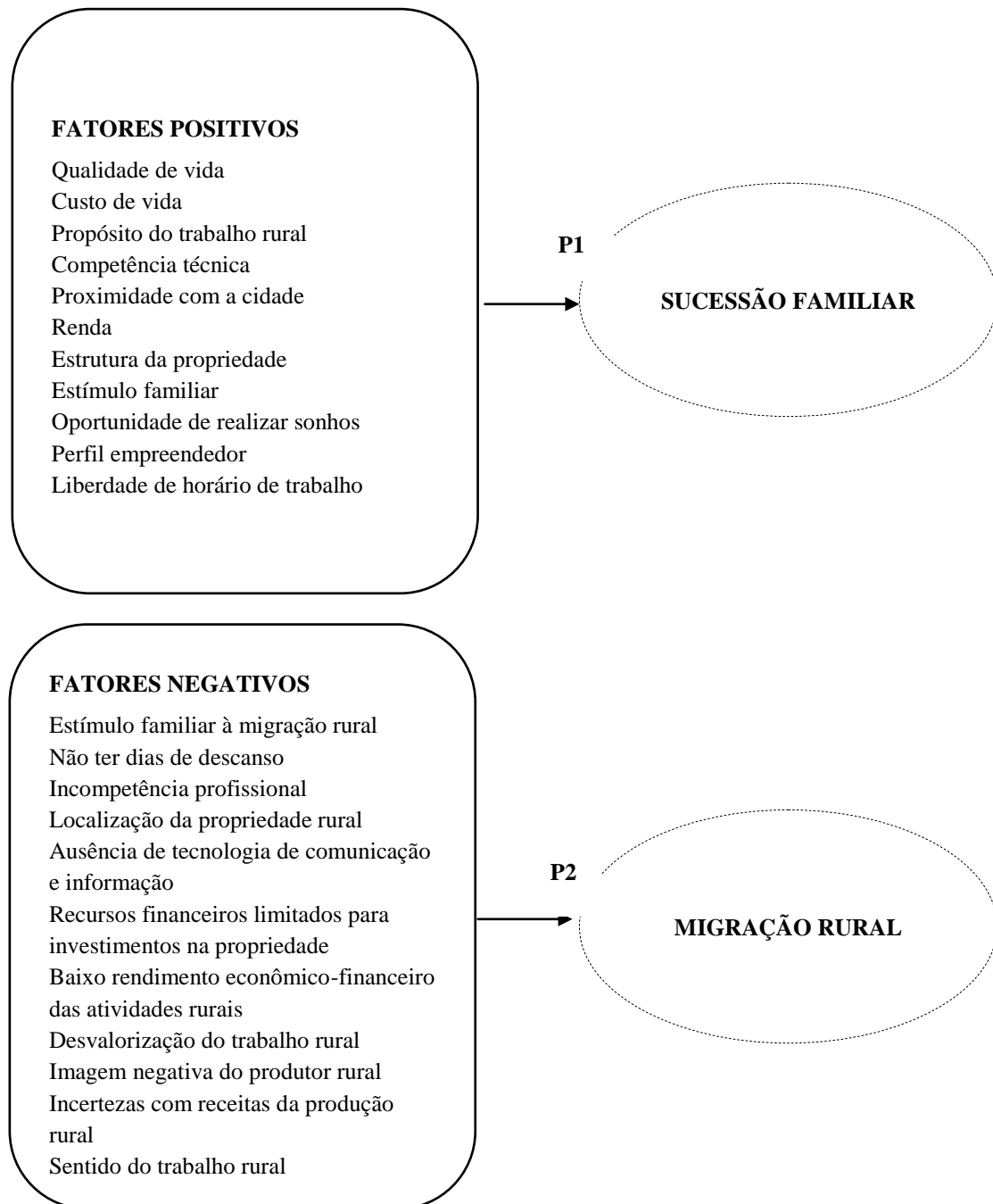
Não podemos determinar um único fator que irá ser responsável para a sucessão ou não de uma propriedade e sim um conjunto de combinações de diversos fatores. Nos casos estudados podemos observar que onde não vai haver a sucessão, em ambas as propriedades os entrevistados falam que o tamanho da propriedade pode ser um fator que poderá dificultar a continuidade dela, além disso, as dificuldades encontradas pelo relevo da região impossibilitando a mecanização de muitas culturas tornando o trabalho muito braçal. O incentivo dos pais para que os filhos procurem trabalho na cidade e buscar por maior qualificação e estudo na cidade também pode ter relação a não permanência dos jovens nas propriedades estudadas.

Por outro lado, nas propriedades estudadas onde haverá sucessão, também encontramos fatores determinantes na sucessão relacionados à topologia do terreno e ao porte das propriedades. Propriedades rurais de pequeno porte e relevo acidentado, sem usar da tecnologia produtiva e de gestão disponível nas diferentes fontes de informação para a gestão da propriedade rural (Emater, Embrapa, universidades, centros de pesquisa e polos de tecnologia), são considerados pelos produtores rurais e seus herdeiros como problemas para aumentar a renda e diversificar a produção, desestimulando investimentos. Nas propriedades rurais onde há práticas produtivas, culturas e processos inovativos, a mudança das atividades produtivas que usam maior área de terra foram substituídas, mesmo que as novas atividades demandam mais mão de obra familiar. O incentivo dos pais para que os jovens continuem nas propriedades ocorre muitas vezes por essas propriedades serem mais desenvolvidas e

rentáveis do que as onde não ocorrerão sucessão, justamente por essa visão mais empreendedora, parece também ser um fator importante na continuidade dos jovens na propriedade.

A figura 7 apresenta os principais fatores encontrados nas entrevistas e na literatura, os quais podem influenciar para que ocorra ou não a sucessão familiar:

Figura 7 – Fatores determinantes para sucessão familiar.



Fonte: O autor

## 6 CONCLUSÕES

Ao iniciar o presente trabalho foi levantada a questão sobre os fatores que influenciam a sucessão em pequenas propriedades rurais familiares. Na literatura os autores expõem diversos fatores os quais podem ser responsáveis pela sucessão ou não das pequenas propriedades rurais, como: tamanho da propriedade, relevo, cultura, incentivo dos pais, grau de instrução dos herdeiros, entre outros. O que se buscou entender foi quais desses fatores estariam influenciando a sucessão familiar nas pequenas propriedades rurais no município de David Canabarro, no Estado do Rio Grande do Sul.

Para encontrar respostas a esse questionamento, membros de quatro famílias rurais proprietárias de terras foram entrevistados. Para tanto foram selecionados dois casos com sucessão e dois casos sem sucessão. Todas as propriedades estudadas são de pequeno porte e gestão familiar e estão localizadas no município de David Canabarro. Através das entrevistas buscou-se entender quais seriam os fatores que influenciam a sucessão nas pequenas propriedades rurais do município, através das quatro entrevistas, realizadas com os sucessores e sucedidos pode-se identificar alguns dos fatores responsáveis pelas decisões no processo sucessório nas propriedades estudadas.

Desta, a primeira entrevista foi com família Bedin onde irá ocorrer a sucessão, a família é composta por cinco membros onde trabalham com as culturas de soja, milho, fumo e gado leiteiro, na segunda propriedade estudada a família Rozzatto é composta por quatro membros onde trabalham com o cultivo de fumo, soja e brócolis. Já nas propriedades estudadas onde não irá ocorrer sucessão, a primeira entrevista foi com a família Canci que era composta por cinco pessoas (o pai e uma das filhas já são falecidos) mas, já não desenvolvem atividades na propriedade pois já a venderam, o segundo caso foi com a família Dalla Corte que é composta por três pessoas e ainda possuem a propriedade trabalhando com o cultivo de soja e gado leiteiro.

As propriedades estudadas encontram-se em diferentes estágios de sucessão. No caso da família Bedin, a filha mais velha casou-se e não vive mais na propriedade, os dois filhos homens demonstram interesse em continuar na propriedade pretende dar continuidade aos negócios da família, já na família Rozzatto quem vai dar continuidade aos negócios é o filho homem enquanto a filha mulher já concluiu a faculdade de engenharia e pretende migrar para cidade. No lado das famílias onde não vai ocorrer a sucessão a família Canci já vendeu a propriedade encerrando os negócios da família, os filhos já moravam e trabalhavam na cidade e após a venda da propriedade levaram a mãe para morar com eles, enquanto na família Dalla

Corte, a única filha já não vive na propriedade e apesar dos pais falarem que não pretende abandonar a propriedade a filha diz que não planeja dar continuidade aos negócios.

Os dados revelaram que, nas propriedades rurais onde a sucessão será efetivada, há iniciativas para gerar inovação/melhorias nos processos produtivos, incentivo dos pais para os herdeiros continuarem os negócios da família, o que parece influenciar os jovens a continuarem nas propriedades. Naquelas propriedades rurais nas quais a sucessão não será efetivada se observaram fatores econômicos e financeiros determinam as decisões dos jovens, como: baixos rendimentos, trabalho desgastante, ausência de incentivo dos pais para permanecerem na propriedade da família e incentivo para os jovens buscarem maior qualificação profissional cursando ensino superior e emprego no meio urbano.

Nas propriedades que tiveram sucesso neste processo parece que um conjunto de fatores como; baixa instrução dos herdeiros para que possam ter outras oportunidades na cidade, incentivo dos pais para que continuem com os negócios da família e propriedades bem estruturadas onde os herdeiros podem ter renda para seu sustento, parecem influenciar positivamente a sucessão. Por outro lado, fatores contrários como, a influência dos pais para que os filhos deixem a propriedade muitas vezes reflexo de baixos retornos e trabalho exaustivo, influenciam negativamente a sucessão, herdeiros com maior instrução acabam encontrando empregos bem remunerados fora da propriedade.

Dito isso conclui-se que nas propriedades estudadas no município de David Canabarro onde irá acontecer a sucessão como onde não irá, encontrou-se um conjunto de fatores responsáveis pelos estágios do processo sucessório. Como encontrado na literatura as famílias do município destacaram as dificuldade de continuar na propriedade devido ao seu pequeno porte e relevo acidentado, mas em propriedades onde os jovens tiveram apoio dos seus pais e empregaram algum processo de inovação na propriedade conseguem ver a continuidade dos negócios da família, e em propriedades talvez menos estruturadas onde os jovens não viam a possibilidade de crescimento dos negócios, resolveram sair cedo da propriedade para estudar e trabalhar na cidade acabaram por abandonar o negocio da família. Tais resultados confirmam os achados na literatura sobre o tema sucessão familiar rural, de que não há um único fator responsável pela sucessão familiar rural. Há um conjunto de fatores que contribuem para a decisão de suceder.

**Contribuição teórica:** O presente estudo foi importante por identificar os fatores responsáveis pelo sucesso ou não, dos processos sucessórios nas propriedades rurais no municio de David Canabarro - RS, onde não existia um estudo de como esses fatores acabavam por influenciar os jovens na hora de decidir o futuro das propriedades herdadas dos

seus pais, as quais foram passadas de geração em geração. O estudo também contribuiu por confirmar fatores já citados na teoria como o tamanho da propriedade, grau de instrução dos herdeiros ou a inovação nas propriedades.

**Contribuição prática:** Com o estudo buscou-se entender os fatores responsáveis pela sucessão familiar no município de David Cabanarro – RS, e com isso tentar instigar os jovens e as famílias sobre a importância de planejar a sucessão familiar, bem como conscientizar toda comunidade do município da importância da continuidade das pequenas propriedades rurais para a economia e para a sociedade local.

## REFERÊNCIAS

ABDALA, R. G.; BINOTTO, E.; BORGES, J. A. R. Family farm succession: evidence from absorptive capacity, social capital, and socioeconomic aspects. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, n. 4, e235777, 2022.

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.

ABRAMOVAY, R. et al Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

AGUIAR, C. S. S.; SOUZA, R. K. S. Sucessão familiar e sua importância no legado administrativo e histórico da Fazenda Primavera. In: ENANGRAD, 31, 2020, São Paulo. **Anais do...** São Paulo: Angrad, 2020.

ALMEIDA, M. E. S. A força do legado transgeracional numa família. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 10, n. 2, p. 215-230, dez. 2008.

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V.; COSTA, M. R. C. Pluriatividade e sucessão hereditária na agricultura familiar. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 44, 2006, Fortaleza. **Anais do...**, Fortaleza: Sober, 2006.

ARRUDA, C. S.; RIBEIRO, T. R.; ANJOS, D. M. A competitividade da cadeia produtiva de orgânicos para agricultura familiar. **Revista de Estudos Sociais**, v. 10, n. 19, p. 116-126, 2011.

BARBOSA, F. F. **Economia Rural**. Montes Claros: Unimontes, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BINOTTO, E.; NAKAYAMA, M. K.; SIQUEIRA, E. S. A criação de conhecimento para a gestão de propriedades rurais no Brasil e na Austrália. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 4, p. 681-698, 2013.

BOESSIO, A. T.; DOULA, S. M. Sucessão familiar e cooperativismo agropecuário: perspectivas de famílias cooperadas em um estudo de caso no triângulo mineiro, **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 433-458, 2017.

BREITENBACH, R.; MAZOCCO, C. C.; CORAZZA, G. Estímulo à sucessão familiar na bovinocultura de leite: relato de experiência. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 10, n. 1, p. 25-33, 2019.

BRIZZOLLA, M. M. B. et al. Sucessão familiar em propriedades rurais. **Research, Society and Development**, v. 9, e9169109408, 2020.



CAMARGO, T. F.; ZANIN, A.; WERNKE, R. **Níveis de sustentabilidade de granjas produtoras de suínos catarinense: mensurados através do sistema de sustentabilidade suinícola – SIS, entropia e topsis**. Frankfurt: Novas Edições Acadêmicas, 2018.

CAMILOTTO, A. H. G.; STOCK, L. A. Condicionantes do processo de sucessão familiar entre produtores de leite da zona da mata mineira. **Revista do Instituto de Laticínios Cândido Tostes**, v. 67, n. 386, p. 91-92, dez. 2013.

CANÇADO, V. L. et al. Ciclo de vida, sucessão e processo de governança em uma empresa familiar: um estudo de caso no Grupo Seculus. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 19, n. 2, p. 485-516, 2013.

CARMO, A. P. C. F. et al. Modos de organização e desafios da participação dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 28, e021016, p. 1-14, 2021. Doi: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v28i00.8659189>

CARVALHO, V. R. F. Sucessão da atividade na pequena propriedade rural na perspectiva da família e de gênero. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45, 2007, Londrina. **Anais do...** Londrina: Sober, 2007.

CASTRO, C. N. Desenvolvimento rural e o estado brasileiro. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 21, p. 49-62, jul.-dez. 2019. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9660/1/BRUA21\\_Ensaio4.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9660/1/BRUA21_Ensaio4.pdf). Acesso em: 04 jun. 2021.

CASTRO, F. T. Juventude rural e as contribuições do projeto transformar de capacitação de jovens rurais no sul de Minas Gerais (2006-2013). **Revista Em Extensão**, v. 15, n. 2, p. 9-40, 2017.

CORAIOLA, D. M. et al. Estudo de caso. In: TAKAHASHI, A. R. W. (Ed.). **Pesquisa qualitativa em administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, M. C. L.; ROCHA, C. G. S. Sucessão hereditária na agricultura familiar: estudo de caso dos agricultores da Vicinal 12, Brasil Novo, Pará. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, e 221973908, 2020.

CHEMIN, B. F.; AHLERT, L. A sucessão patrimonial na agricultura familiar. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 17, n. 1, p. 49-74, 2010.

CNA. Confederação Nacional Agricultura. **Jovens discutem os conflitos familiares na sucessão da propriedade leiteira**. 2018. Disponível em: <http://www.cnabrasil.org.br/noticias/jovens-discutem-os-conflitos-familiares-na-sucessao-da-propriedade-leiteira>. Acesso em 10 ago. 2020.

DE PAIVA JÚNIOR, F. G.; DE MELLO, S. C. B. Pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais: contribuições fenomenológicas de Alfred Schütz. **Revista Organizações em Contexto**, v. 4, n. 8, p. 24-48, 2008.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: BARROS, A.; DUARTE, J. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2.ed. São Paulo: Agropecuária, 1999.

FERRARI, D. L. et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir? **Revista: Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

FLECK, C. F. et al. As relações de trabalho no meio rural: uma análise da problemática no Rio Grande do Sul. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 8, n. 1, p. 20-43, 2019.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAS, T. D.; RAMBO, A. G.; SCHNEIDER, S. Desenvolvimento humano e bem-estar no meio rural como superação da vulnerabilidade: o caso de Arroio do Tigre/RS. **Colóquio – Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 2, jul./dez. 2014.

FURTADO, R. **A intervenção participativa dos atores – INPA: uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2000.

GONÇALVES, S. C. **Patrimônio, família e empresa: um estudo sobre as transformações no mundo da economia empresarial**. São Paulo: Negócio, 2000.

GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

HEIN, A. F.; SILVA, N. L. S. A insustentabilidade na agricultura familiar e o êxodo rural contemporâneo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 27, n. 2, p. 394-417, jun. 2019.

HUNGER, V. B. et al. Os desafios na sucessão familiar: a transcrição do conhecimento empresarial às novas gerações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS SOBRE EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE PEQUENAS EMPRESAS, 9, 2016, Passo Fundo. **Anais do...** Passo Fundo: Anegepe, 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf)>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/david-canabarro/pesquisa/24/76693>>.

KAGEYAMA, A. A.; GRAZIANO DA SILVA, J. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. **Estudos Econômicos**, v. 13, n. 3, p. 537-559, set./dez. 1983.

KOVÁCS, E. K. The situation and prospects of family farms with special attention to generational turnover in Karcag. **Practical Application of Science**, v. 8, n. 23, p. 149–162, 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, G. Algumas linhas críticas sobre o direito sucessório brasileiro. **DireitoNet**. 22 set. 2006. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/2900/Algumas-linhas-criticas-sobre-o-direito-sucessorio-brasileiro#:~:text=A%20raz%C3%A3o%20de%20ser%20do,perecer%20sem%20ter%20seu%20titular>>. Acesso em: 04 mar. 2021.

MACIAZEKI-GOMES, R. C.; TONELI, M. J. F.; NOGUEIRA, C.; GRAVE, R. Ação política e produção de subjetividade: a herança de terra, trabalho e participação política na produção de um *éthos* agricultora. **Estudos de Psicologia**, v. 24, n. 3, p. 305-316, 2019. Doi: 10.22491/1678-4669.20190031

MARIN, J. O. B. Pronaf Jovem: as disjunções entre o ideal e o real. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 58, n. 2, e187438, 2020.

MARTINS, L. R. Juventude rural no Brasil: referências para debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 1, p. 94-112, 2021. Doi:10.36920/esa-v29n1-7

MATTE, A.; MACHADO, J. A. D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v. 18, n. 37, p. 130-151, 2017. Doi: 10.19093/res.v18i37.3981.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MELLO, M. A. et al. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. **Agricultura**, São Paulo, v.50, n.2, p.11-24, 2003.

MENIN, M. M. **Da sucessão legítima**. 2014. Disponível em: <[http://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2014/11/artigo\\_marcia\\_maria\\_menin.pdf](http://www.direitorp.usp.br/wp-content/uploads/2014/11/artigo_marcia_maria_menin.pdf)>. Acesso em: 21 fev. 2021.

MORAES, J. L. A.; MEDEIROS, A. M.; MATTE JR, A. A. Resultados do uso do crédito rural (PRONAF) pelos agricultores familiares de Santo Antônio da Patrulha – RS. **Estudos do CEPE**, v. 47, p. 64-80, set. 2018.

MORAIS, M.; BORGES, J. A. R.; BINOTTO, E. Using the reasoned action approach to understand Brazilian successors' intention to take over the farm, **Land Use Policy**, v. 71, p. 445-452, 2018.

MOREIRA, V. R. et al. O reflexo da sucessão familiar da zona rural nas relações cooperativistas: o caso de uma cooperativa agroindustrial. **Informe GEPEC**, v. 22, n. 1, p. 09-23, jul. 2018.

MOTTA, F. C. P.; VASCONCELOS, I. F. G. **Teoria geral da Administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. Análise de conteúdo como técnica de análise de dados qualitativos no campo da administração: potencial e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 4, p. 731-747, 11.

NEIMAN, M. A herança: os filhos e a transição entre as gerações na agricultura familiar da região pampeana argentina. **Estudos Sociológicos de El Colegio de México**, v. 31, n. 93, p. 899-920, 2013.

OLIVEIRA, E. Sucessão legítima à luz do novo Código Civil. **Revista do Conselho da Justiça Federal**, v. 27, p. 57-63, 2004.

OLIC, N. B. Aspectos do novo rural brasileiro. **Revista Pangea: quinzenário de Política, Economia e Cultura**, 2001.

ONU. Organização das Nações Unidas. Agricultura familiar promove desenvolvimento rural sustentável e a Agenda 2030. **Nações Unidas Brasil**, 13 out. 2017. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/77897-artigo-agricultura-familiar-promove-desenvolvimento-rural-sustentavel-e-agenda-2030>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PORTO, S. G. (org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

POTRICH, R.; GRZYBOVSKI, D. Transformações contemporâneas do trabalho em pequenas propriedades rurais: uma reflexão crítica com base nas capacidades empreendedoras e inovativas do agricultor familiar. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v. 4, n. 1, p. 220-251, 2017.

POTRICH, R.; GRZYBOVSKI, D.; TOEBE, C. S. Sustentabilidade nas pequenas propriedades rurais: um estudo exploratório sobre a percepção do agricultor. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 25, n. 1, p. 208-228, 2017.

RAMALHO, H. M. B.; SILVEIRA NETO, R. M. A inserção do migrante rural no mercado de trabalho urbano no Brasil: uma análise empírica da importância dos setores informal e formal. **Estudos Econômicos**, v. 42, n. 4, p. 731-771, Dec. 2012.

SAVOLDI, A.; CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, v. 5, n. 1, 2010.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 1, p. 164-184, 2001. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/191>>. Acesso em: 04 jun. 2021.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, p. 99-123, 2003.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; FREITAS, T. D. Qualidade de vida, diversificação e desenvolvimento: referências práticas para análise do bem-estar no meio rural. **Revista Olhares Sociais**, n. 2, p. 121-142, jan./jun. 2013.

SILVA, S. P. Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 16, n. 58, p.126-144, 2011.

SILVA, J. R. H. Direito à sucessão do filho havido por inseminação artificial homóloga post mortem. 2014. Disponível em: <<http://dspace.ufgd.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/365>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

SPANEVERELLO, R. M. et al. As perspectivas sucessórias de gestão dos negócios do patrimônio entre agricultores familiares sem sucessores. **Revista CCEI**, v. 14, n. 26, 2010.

SPANEVERELLO, R. M. et al. A problemática do envelhecimento no meio rural sob a ótica dos agricultores familiares sem sucessores. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 348–372, 2017.

TACCONI, E. A.; RAMOS, A. S. M.; TACCONI, M. F. F. S. Fatores que afetam a competitividade na produção de hortaliças orgânicas no Estado do Rio Grande do Norte. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 2, p. 249-262, 2010.

TAYLOR, S. J.; BOGDAN, R.; DeVAULT, M. **Introduction to qualitative research methods: a guidebook and resource**. New York: USA, 1997.

TOLEDO, E. N. B.; ZONIN, V. J. A sucessão geracional no meio rural em cinco estados brasileiros: possibilidades e limites. **Emancipação**, v. 21, p. 1-16, 16 fev. 2021.

TONEZER, C.; TRZCINSKI, C.; DAL MAGRO, M. L. P. As vulnerabilidades da velhice rural: um estudo de casos múltiplos no Rio Grande do Sul. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 40, p. 7–38, 2017.

VEIGA, J. E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**, v. 43, p. 101-119, set./dez., 2001.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar realidades e perspectivas**. 2a. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WANDERLEY, M. N. B. “Franja periférica”, “pobres do campo”, “camponeses”: dilemas da inclusão social dos pequenos agricultores familiares. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (Eds.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de Futuro**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 66-83.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAAR, M. H. Las políticas públicas brasileñas y la agricultura familiar: quince años del Programa Nacional de Fortalecimiento da Agricultura Familiar (Pronaf). **Scripta Nova**, v. 15, p. 17-23, 2011,

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016.

ZENARO, M.; SCHIOCHET, V.; GELINSKI JUNIOR, E. Cooperativismo como alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: a cooperativa de pequenos agricultores de Videira e Iomerê. **Unoesc & Ciência**, v. 8, n. 1, p. 33-40, jan./jun. 2017.

## APÊNDICE A – Protocolo de estudo de caso

### VISÃO GERAL DO ESTUDO DE CASO

#### 1) Tema

O presente estudo de caso versa sobre o tema sucessão familiar rural, cujo recorte de aplicação empírica é a pequena propriedade rural. As pequenas propriedades rurais têm grande importância como produtoras de alimento, geração de emprego e renda, daí a importância da permanência da família rural no campo para darem continuidade a este legado.

#### 2) Título

Fatores determinantes da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais.

#### 3) Problema de pesquisa

Quais são os fatores determinantes na sucessão em pequenas propriedades rurais familiares no município de David Canabarro-RS?

#### 4) Objetivo do estudo

##### Objetivo Geral

Compreender os fatores determinantes na sucessão familiar em pequenas propriedades rurais.

##### Objetivos Específicos

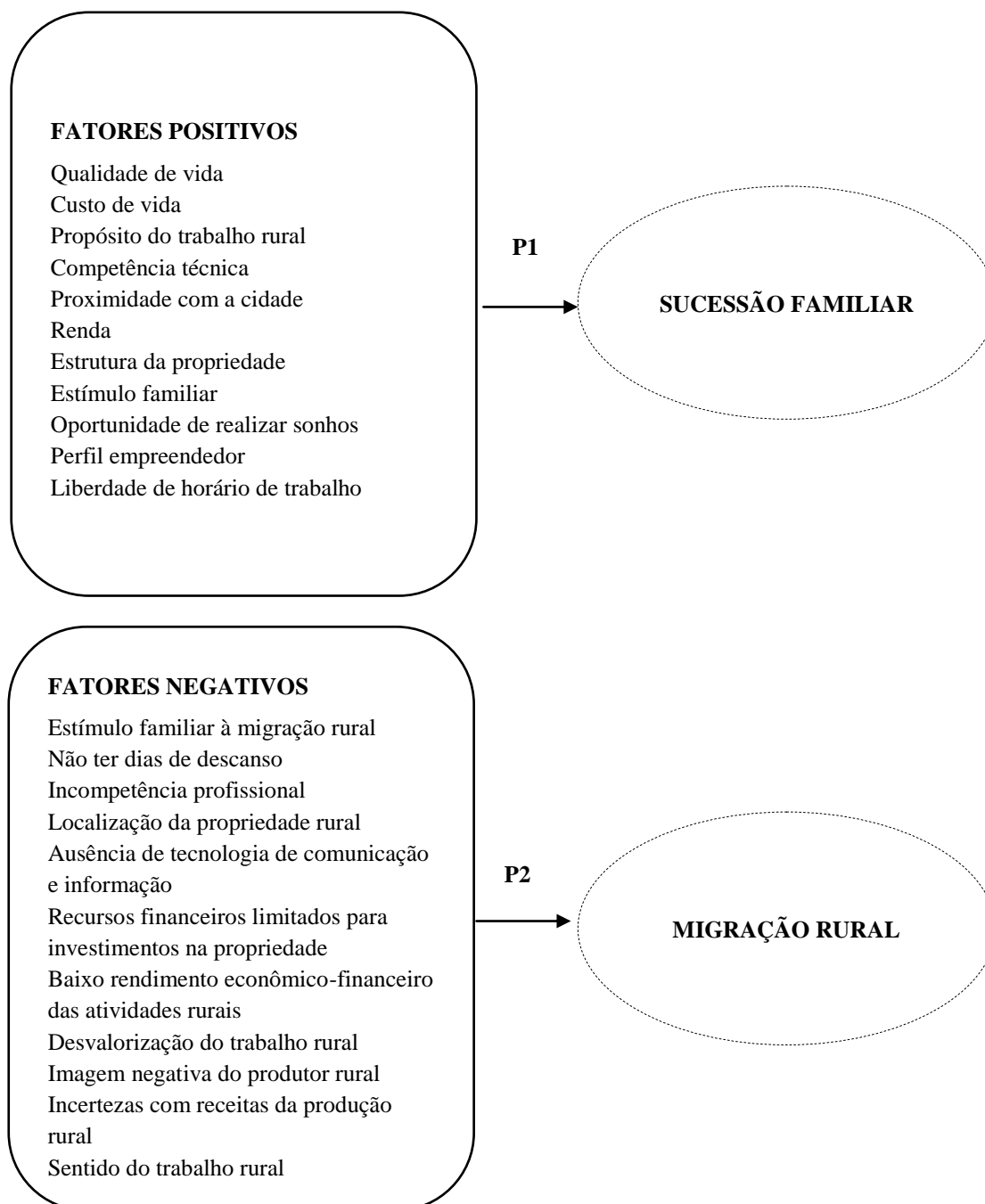
- a) Descrever e caracterizar a estrutura das propriedades e das famílias rurais;
- b) Descrever o processo e o estágio em que se encontra a sucessão familiar;
- c) Identificar os fatores contributivos na efetividade do processo de sucessão familiar rural;
- d) Correlacionar os fatores que determinaram a efetividade ou a ruptura no processo de sucessão familiar.

#### 5) Proposições teóricas

**Proposição 1 (P1)** – A sucessão ocorre porque os sucessores, com perfil empreendedor, reconhecem a possibilidade de realizar investimentos tecnológicos nas atividades rurais e dão sentido ao trabalho rural, apoiados pelos familiares

**Proposição 2 (P2)** – A sucessão não ocorre porque os sucessores consideram que o trabalho na propriedade é difícil e tem baixo retorno econômico-financeiro, optando por migrar para os centros urbanos.

## 6) Modelo teórico



Fonte: O autor

## PROCEDIMENTOS ADOTADOS NO TRABALHO DE CAMPO

### 7) Estratégia de pesquisa: estudo de casos múltiplos

- Dois casos de famílias rurais em fase final de sucessão familiar e/ou já finalizada;
- Dois casos de famílias rurais em fase final de venda/arrendamento ou abandono da propriedade rural.



## 8) Critérios de escolha dos casos

- Porte pequeno (até 50 hectares)
- Propriedade familiar
- Gestão familiar
- Localização da propriedade rural: município de David Canabarro-RS

## 9) Plano de coleta de dado

- a) Inicialmente as propriedades rurais de David Canabarro serão categorizadas de acordo o porte, selecionando àquelas com menos de 50 hectares e de propriedade e gestão familiares para compor o espaço da pesquisa;
- b) Cada pequena propriedade selecionada será contatada por telefone para convidar a família a participar do estudo. Em ato contínuo, no mesmo encontro, será apresentado o propósito do trabalho e verificando a possibilidade da realização de uma entrevista com os proprietários e seus herdeiros, a entrevista devera ocorrer através do Google Meet® em decorrência da pandemia do Covid-19, então, será verificada essa possibilidade da entrevista ocorrer através desta ferramenta, como disponibilidade de internet na propriedade, computador e conhecimento da ferramenta pelos membros da família, caso possível e se todos concordarem será feito o agendamento.
- c) No mesmo momento também serão coletados alguns dados preliminares (membros que constituem a família rural, perfil sociodemográficos, quantos trabalham na propriedade, atividades agropecuárias desenvolvidas.
- d) No dia combinado para a entrevista, com todos os presentes, começará a conversa por explicar o que se trata o trabalho da decorrente entrevista, após será feito um alinhamento sobre alguns termos, por exemplo, o que é a sucessão familiar e sua importância. Dando continuidade, será exposto que toda a entrevista passou por um comitê de ética e os dados da família, como de toda a entrevista será preservado, após isso não existindo dúvidas, perguntar-se-á se todos concordam em gravar a conversa para posteriores consultas e uso exclusivo para o presente trabalho, caso não concordância a entrevista pode ocorrer normalmente, mas aconselha-se que entrevistador anote as falas mais importantes para posterior relatório.
- e) Com o início da gravação, o entrevistador chama os membros da família para uma conversa informal, a qual todos poderão participar e opinar a qualquer momento, mas primeiramente as perguntas serão direcionadas para os pais (sucedidos) e após os filhos e agregados (possíveis sucessores).
- f) O entrevistador vai conduzir a entrevista livremente, como uma conversa informal, onde utilizará um roteiro pré-definido para facilitar a condução, mas serão permitidos improvisos quando o mesmo achar necessário, como se houver resposta divergentes entre pais e filhos.
- g) Não tendo mais nada a constar e encerrando as discussões, o entrevistador poderá encerrar a gravação, será feito um agradecimento, então avisará os presentes que poderá entrar em contato novamente caso surjam dúvidas ou novas perguntas, após a despedida encerrara a chamada.

## 10) LEVANTAMENTO DE DADOS PRELIMINARES

### PARTE I – Identificação dos membros da família

- 1.1 Sexo: ( ) Feminino ( ) Masculino ( ) Outro
- 1.2 Idade: \_\_\_\_\_
- 1.3 Escolaridade  
 ( ) Ensino Primário  
 ( ) Ensino Fundamental  
 ( ) Ensino Médio  
 ( ) Ensino Superior Incompleto.  
 ( ) Ensino Técnico.  
 ( ) Ensino Superior Completo.  
 ( ) Especialização  
 ( ) Outro
- 1.4 Qual é o seu grau de parentesco com o proprietário da terra?  
 ( ) Sou o proprietário/a  
 ( ) Filho/a  
 ( ) Nora/genro  
 ( ) \_\_\_\_\_
- 1.5 A quanto tempo trabalha na propriedade?  
 a) Menos de um ano.  
 b) Um a dez anos.  
 c) Mais de dez anos.
- 1.5 Quantos membros fazem parte da família? \_\_\_\_\_
- 1.6 Quantos destes trabalham na propriedade? \_\_\_\_\_

## 11) ROTEIRO DE ENTREVISTA

Durante a conversa com os membros da família, o entrevistador utilizará deste roteiro como guia de sua fala, mas a conversa correrá livremente podendo ocorrer improvisos e novas questões sempre que o entrevistador julgar necessário.

Pretende-se usar o Google Meet® para gravar as entrevistas, mas isso depende de autorização dos entrevistados, os quais serão consultados sobre a concordância do procedimento.

Após encerrar a entrevista, em dia oportuno se possível, pretende-se fazer registros fotográficos de elementos simbólicos presentes no espaço da pesquisa e que possam ser úteis para analisar aspectos da cultura da família rural herdados de gerações anteriores (quadros, fotografias, peças antigas...), bem como documentos de controle da produção, custos, resultados obtidos com as atividades produtivas e critérios de distribuição dos resultados entre os membros da família.

Também pretende-se usar caderno de campo para anotações de elementos observados durante a entrevista e/ou visita nas instalações da propriedade. Tais anotações serão completadas após as entrevistas de forma a preservar a memória dos elementos observados

considerando os elementos subjetivos do pesquisador.

Os dados coletados com as entrevistas serão transcritos pelo autor em arquivo eletrônico Word, com marcação da linguagem.

## **PARTE II – Fala com os pais**

- 2.1 Gostaria de começar nossa conversa lhe pedindo para me contar um pouco como foi sua trajetória como dono desta propriedade, se sempre trabalhou só aqui, se fez tudo sozinho... Como foi isso?
- 2.2 E sobre as atividades produtivas aqui realizadas. Quais são as atividades agropecuárias realizadas (lavoura, avicultura, suinocultura....) hoje e como era antes? Houve abandono de alguma atividade produtiva? Quando e por que tomaram a decisão de abandonar? Com base em que decidiram mudar/manter a atividade produtiva? Me falem um pouco a respeito disso.
- 2.3 Sobre o trabalho nessa propriedade, como você avalia o trabalho, os resultados, o lucro...? Na sua visão, trabalhar na “colônia” é um serviço cansativo/pesado/difícil ou os senhores acham que é bom, mas tem que gostar de fazer? Poderiam me contar um pouco como percebem esse trabalho de vocês.
- 2.4 E sobre o futuro desta propriedade. Na opinião de vocês, continuará sendo da família e sendo gerenciada pelos membros da nova geração (filhos, netos...) da família? Será que seus filhos, noras, netos... vão dar continuidade? Caso as respostas sugerirem que não haverá continuidade na família, investigar as razões por meio dos seguintes questionamentos: por que vocês acham que não terá continuidade na família? Vocês acham que alguma coisa tem a ver com a forma como ensinaram seus filhos, o que eles aprenderam na escola ou como eles percebem a vida no campo? Me contém um pouco sobre o futuro desta propriedade.
- 2.5 Na sua opinião, as atividades produtivas que fazem hoje podem ser um empecilho para os herdeiros quererem continuar aqui? E se fossem mudar, por exemplo, de lavoura de soja para produção de leite, teriam mais chance de atrair um herdeiro para ficar aqui ou não faz diferença? Como vocês veem isso?
- 2.6 Vamos falar um pouco sobre os herdeiros e sobre a continuidade da propriedade sob a gestão destes herdeiros? Poderiam me falar se na família de vocês geralmente os pais incentivam os filhos a ficar na propriedade ou migrar prá cidade? Ou o incentivo é mais para eles irem estudar numa boa escola/universidade e depois voltar fazer a ida aqui?
- 2.7 Na opinião de vocês, dá prá fazer dinheiro trabalhando aqui? Dá prá ficar rico, se o cara gosta do que faz? Me falem um pouco sobre isso!

## **PARTE III – Fala com os herdeiros**

- 3.1 Atualmente qual a sua atuação na propriedade?
- 3.2 Como você considera o trabalho na propriedade?
- 3.3 Você pensa em seguir outro caminho que não a permanência na propriedade? Por quê?
- 3.4 Você considera dar continuidade aos negócios da propriedade?
- 3.5 Já conversou com seus pais sobre sucessão?

- 3.6 Você recebe algum incentivo dos seus pais para continuar na propriedade?
- 3.7 Se resolver continuar na propriedade, você considera continuar com as atividades já desenvolvidas? Quais estratégias pensa utilizar para manter a propriedade competitiva no mercado?

#### **PARTE IV – PLANO DE ANÁLISE DE DADOS**

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, pretende-se usar das percepções do pesquisador durante as entrevistas para formular novos questionamentos aos sujeitos da pesquisa, usando o Roteiro de Entrevista como guia. Assim espera-se validar ou triangular informações específicas do lugar de onde falam os membros da família rural e elementos do contexto intervenientes na análise.

Após cada entrevista, pretende-se fazer um relatório preliminar com o auxílio das gravações, onde já serão descritas as primeiras impressões e feitas as primeiras análises.


Ao final do período de entrevista, serão unidos todos os relatórios com as principais conclusões alcançadas.

Será utilizado a triangulação de fontes através das análises das entrevistas com os sucedidos e as entrevistas com os sucessores, dados prévios levantados sobre a propriedade e os membros da família e documentos da literatura.

O processo de análise dos casos será realizado pelo método análise de conteúdo, seguindo os procedimentos, os quais caracterizam-se em três fases, a saber: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Na fase da pré-análise, o material será organizado para torná-lo operacional, sistematizando as ideias iniciais. Na segunda fase fez-se a codificação do material com base nas categorias de análise e considerando os caracteres comuns e identificação das unidades de registro. Na terceira fase os resultados serão inferidos e interpretados, momento em que será considerada a intuição do pesquisador na realização da análise reflexiva e crítica dos dados à luz do referencial teórico.

## APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

	<p><b>UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO</b>  <b>Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis</b>  <b>Programa de Pós-Graduação em Administração</b></p>
---	--

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa sobre “*Fatores determinantes da sucessão familiar em pequenas propriedades rurais*”, de responsabilidade do pesquisador Maicon Hoffmann da Silva, sob a supervisão do Prof. Dr. André da Silva Pereira e da Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski.

Essa pesquisa se justifica por a sucessão familiar rural ser um problema de gestão das propriedades rurais associado ao fenômeno da migração rural. As pequenas propriedades rurais são responsáveis pela geração de renda e ocupação dos jovens rurais, produção de alimentos para alimentação escolar e a sucessão contribui para pensar a continuidade das pequenas propriedades rurais familiares. O objetivo desta pesquisa consiste em compreender os fatores determinantes na sucessão familiar na gestão das pequenas propriedades rurais.

A sua participação na pesquisa será por meio de uma entrevista, a qual ocorrerá via Google Meet®, previamente agendada por uma ligação telefônica e de acordo com sua disponibilidade de horários. A entrevista será conduzida pelo pesquisador como uma conversa informal, seguindo um roteiro de entrevista, no tempo máximo de 1 (uma) hora. O entrevistado será consultado e, caso autorizar, será gravada pelo sistema Google Meet® e, após tratamento dos dados, será destruída.

O estudo é considerado de risco mínimo, pois as intervenções decorrentes da pesquisa têm o intuito de analisar os fatores que determinaram a efetividade ou a ruptura no processo de sucessão familiar. Entretanto, as questões formuladas poderão gerar algum tipo de desconforto. Caso isso ocorrer, você será respeitado e orientado a não responder, bem como a pergunta será retirada. Também você será informado que tem a liberdade de encerrar a sua participação na pesquisa a qualquer momento. Caso ocorra eventual dano comprovadamente decorrente de sua participação na pesquisa, você tem o direito de buscar indenização.

Ao participar da entrevista você terá os seguintes benefícios: **a)** oportunidade de refletir sobre como está ou poderá ocorrer processo de sucessão familiar em sua propriedade; **b)** receber formalmente os resultados da pesquisa, o que poderá ser por meio de relatório escrito ou apresentação oral (seminário, palestra, reunião, outro), como achar mais conveniente; **c)** os resultados da pesquisa poderão auxiliar as famílias rurais na elaboração de estratégias para preparar herdeiros e conduzir o processo de sucessão familiar.

A entrevista não é obrigatória e você terá garantia de receber qualquer esclarecimento a qualquer tempo durante a pesquisa. Também não terá qualquer despesa para participar da presente pesquisa e não receberá pagamento pela sua participação no estudo. As suas informações serão acessadas e analisadas apenas pelo pesquisador e seus orientadores supramencionados, sendo arquivadas até o final da pesquisa e posteriormente destruídas. Sua colaboração se fará de forma anônima e os seus dados não serão expostos individualmente.

Os resultados do estudo serão divulgados, mas você terá garantia de sigilo e da confidencialidade dos dados. Caso você tem dúvidas sobre o comportamento do pesquisador ou sobre as mudanças ocorridas na pesquisa que não constam no TCLE, e caso se considera prejudicado(a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato: **(a)** com o

pesquisador Maicon Hoffmann da Silva pelo e-mail [137194@upf.br](mailto:137194@upf.br) ou telefone celular (54)99905-7300; **(b)** com seus orientadores, Prof. Dr. André da Silva Pereira, pelo e-mail [andresp@upf.br](mailto:andresp@upf.br) e Profa. Dra. Adm. Denize Grzybovski, pelo e-mail [gdenize@upf.br](mailto:gdenize@upf.br), ou pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 08h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. O Comitê está localizado no Campus I da Universidade de Passo Fundo, na BR 285, Bairro São José, Passo Fundo/RS.

O Comitê de Ética em pesquisa exerce papel consultivo e, em especial, educativo, para assegurar a formação continuada dos pesquisadores e promover a discussão dos aspectos éticos das pesquisas em seres humanos na comunidade. Dessa forma, se você concorda em participar da pesquisa como consta nas explicações e orientações acima, solicitamos a sua assinatura de autorização neste termo, que também será assinado pelo pesquisador responsável, em duas vias, sendo que uma ficará com você e outra com o pesquisador.

David Canabarro (RS), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome do pesquisador: Maicon Hoffman da Silva

Assinatura: \_\_\_\_\_